



PRISMA
Fiscal

Tutorial para apuração das despesas
passíveis de contingenciamento
conforme Relatório de Avaliação de
Receitas e Despesas Primárias

Dezembro/2018



Secretaria
de Política
Econômica

**Ministério
da Fazenda**

Sumário

Introdução.....	3
Objetivos	3
Premissas.....	3
Requisitos	3
Abrangência	3
Definição	4
Despesas discricionárias.....	4
Volume passível de contingenciamento	5
A. Créditos extraordinários.....	6
B. Limitação de empenho em cada poder.....	6
Base contingenciável	7
C. Emendas parlamentares	11
D. Mínimos constitucionais	12
Comentários Gerais.....	13
Pesquisa 1 – Despesas discricionárias.....	13
Poder Executivo.....	13
Parâmetros a escolher	14
Siga Brasil – página de acesso ao sistema	15
Iniciando a pesquisa com dados da LOA 2018	16
Escolhendo as dimensões e os valores	17
Elaborando os filtros	18
Realizando a pesquisa	23
Pesquisa realizada	23
Valor no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre	24
Inserindo Função e GND.....	24
Adicionando os novos objetos à pesquisa	27
Função e GND inseridos	29
Salvando a pesquisa em excel.....	29
Agrupamento das despesas por Função e GND	30
Pesquisa 2 - Base Contingenciável	31

Parâmetros a escolher	31
Iniciando a Pesquisa com dados da LOA 2018	32
Escolhendo as dimensões e os valores	34
Elaborando filtros.....	35
Realizando a pesquisa	37
Pesquisa realizada	38
Pesquisa 3 – Emendas parlamentares	38
Parâmetros a escolher	38
Iniciando a Pesquisa com dados da LOA 2018	39
Escolhendo as dimensões e os valores	41
Elaborando o filtro	42
Executando a pesquisa.....	43
Pesquisa executada	44
Checagem dos resultados	44
Pesquisa 4 – Mínimos Constitucionais	45
Parâmetros a escolher	45
Editando pesquisa 1	45
Inserindo a dimensão	46
Elaborando o filtro	47
Executando pesquisa.....	48
Pesquisa executada	49
Inserindo Identificador de Uso na pesquisa.....	49
Identificador de Uso exibido na pesquisa	50
Considerações finais.....	51

Introdução

Objetivos

- Apresentar uma breve introdução teórica sobre as despesas discricionárias e o volume de fato passível de contingenciamento no orçamento federal, destacando o percentual de participação de cada Poder nesse procedimento;
- Permitir analisar quais ações governamentais podem ser impactadas por um eventual contingenciamento;
- Contribuir para o controle social dos gastos da União.

Premissas

- Utilizar o sistema público – SIGA Brasil, disponibilizado pelo Senado federal, para apurar os valores que compõem as despesas discricionárias.

Requisitos

- Realizar pesquisas no SIGA Brasil
 - Acesso ao sistema e à apostila completa para aprendizado em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>
 - Criar uma conta no site com perfil de Especialista
 - Solicitar uma senha de acesso para o e-mail sigabrasil@senado.leg.br, com as seguintes informações:
 - Nome completo
 - CPF
 - Telefones com DDD
 - Órgão
 - Departamento
 - Cargo/Função
 - E-mail

*É recomendado que se utilize o Internet Explorer com o Java™ atualizado.

Abrangência

- O conceito de despesas discricionárias aqui considerado abrange somente aquelas de responsabilidade dos três Poderes da União que não se constituem como obrigações constitucionais ou legais da União.
- Essa é a mesma abrangência adotada na LOA 2018 e nos Relatórios de Avaliação de Receita e Despesas Primária do ano, embora esses documentos destaquem apenas as despesas discricionárias do Poder Executivo.
- Esse destaque dado às discricionárias do Poder Executivo se justifica pela pequena contribuição dos demais Poderes num eventual contingenciamento, apesar de estes também possuírem um montante substancial de despesas discricionárias.

- O Resultado do Tesouro Nacional – RTN, por sua vez, em suas tabelas de dados, linha “IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes”, chama de “discricionárias” todas as despesas sobre as quais o Governo Federal possui algum controle sobre o fluxo de sua execução.
- No entanto, parte relevante dessas despesas possuem caráter obrigatório, pois estão amparadas em comandos legais ou constitucionais. É o caso, por exemplo, do Bolsa Família e das despesas com Educação e Saúde necessárias ao cumprimento dos mínimos constitucionais.
- No contexto deste tutorial, tais despesas são tratadas como obrigatórias, pois não são passíveis de contingenciamento.

Definição

Despesas discricionárias

A definição das despesas que podem sofrer limitação de empenho ou contingenciamento é dada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), em seu artigo 9º:

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º (...)

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Assim, para o caso do Governo Federal, a menos que haja alguma ressalva na sua LDO do ano, todas as despesas discricionárias previstas no orçamento, por não estarem relacionadas a obrigações constitucionais ou legais da União, são passíveis de contingenciamento.

Os decretos de programação financeira de cada ano detalham quais despesas não podem ser contingenciadas. Nessa linha, o primeiro decreto de programação de 2018 (nº 9276/2018) enuncia o seguinte:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo federal, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, observadas as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, poderão empenhar despesas até os limites estabelecidos no Anexo I.

§ 1º O disposto no caput não se aplica às dotações orçamentárias relativas:

I- aos grupos de natureza de despesa:

a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;

b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e

c) “6 - Amortização da Dívida”;

II- às despesas financeiras relacionadas no Anexo VII; e

III- às despesas relacionadas na Seção I do Anexo III à Lei no 13.473, de 8 de agosto de 2017.

Considerando o disposto no art. 1º do referido Decreto e a partir das dotações iniciais da LOA 2018, o volume total de despesas discricionárias em 2018 seria o exposto na tabela abaixo:

Despesas Discricionárias	R\$ bilhões
Poder Executivo	128,9
Defensoria Pública	0,0
Ministério Público	1,1
Poder Judiciário	7,5
Poder Legislativo	1,6
TOTAL	139,0

Fonte: Sistema SIGA Brasil. Valores já consideram as despesas do FUNPEN como obrigatórias. Poder Executivo inclui Encargos Especiais¹.

No entanto, o volume total de recursos que podem ser de fato contingenciados a cada ano é menor que o conjunto total de despesas discricionárias. Isso ocorre porque outras normas impedem o contingenciamento de parte do total exposto acima.

Volume passível de contingenciamento

A diferença entre o volume de despesas discricionárias e o total passível de contingenciamento é explicado por quatro motivos:

- Despesas custeadas com recursos provenientes de créditos extraordinários.
- O montante da limitação de empenho a ser promovida por cada Poder depende de sua participação num conjunto de dotações orçamentárias conhecido como “base contingenciável”;
- Execução obrigatória de emendas parlamentares individuais e de bancada;
- Necessidade de execução de despesas discricionárias com saúde e educação para fins de cumprimento dos percentuais mínimos constitucionais de aplicação nessas duas funções.

¹ A classificação das despesas no SIGA Brasil pode sofrer alteração caso haja alguma mudança legal que justifique esse movimento. Esse foi o caso das despesas ligadas ao “FUNPEN” que, no início do ano, estavam classificadas como discricionárias. Recentemente, porém, devido à mudança normativa, tais despesas passaram a ser classificadas como obrigatórias.

A. Créditos extraordinários

As despesas custeadas com créditos extraordinários não são passíveis de limitação de empenho devido à própria natureza desses créditos, conforme se depreende da definição de créditos extraordinários a seguir:

“Modalidade de crédito adicional destinado ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis, como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública. É autorizado e aberto por medida provisória, podendo ser reaberto no exercício seguinte, nos limites do seu saldo, se o ato que o autorizou tiver sido promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro.”²

Por se tratarem de um tipo de crédito adicional, os créditos extraordinários não são observados em pesquisas que focalizam as dotações iniciais de cada orçamento.

B. Limitação de empenho em cada poder

A LDO em cada ano traz um dispositivo que determina como cada Poder deve contribuir para o contingenciamento ou quais despesas podem ter limitação de empenho, caso necessário. No caso da LDO 2018 (Lei nº 13473/2017), esse comando está no artigo nº 56:

Art. 56. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelos órgãos referidos no caput será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2018 na forma das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do inciso II do § 4º do art. 6º, excluídas as atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União constantes da Lei Orçamentária de 2018.

§ 2º No caso de a estimativa atualizada da receita primária líquida de transferências constitucionais e legais, demonstrada no relatório de que trata o § 4º, ser inferior àquela estimada no Projeto de Lei Orçamentária de 2018, a exclusão das despesas de que trata o § 1º será reduzida na proporção da frustração da receita estimada no referido Projeto.

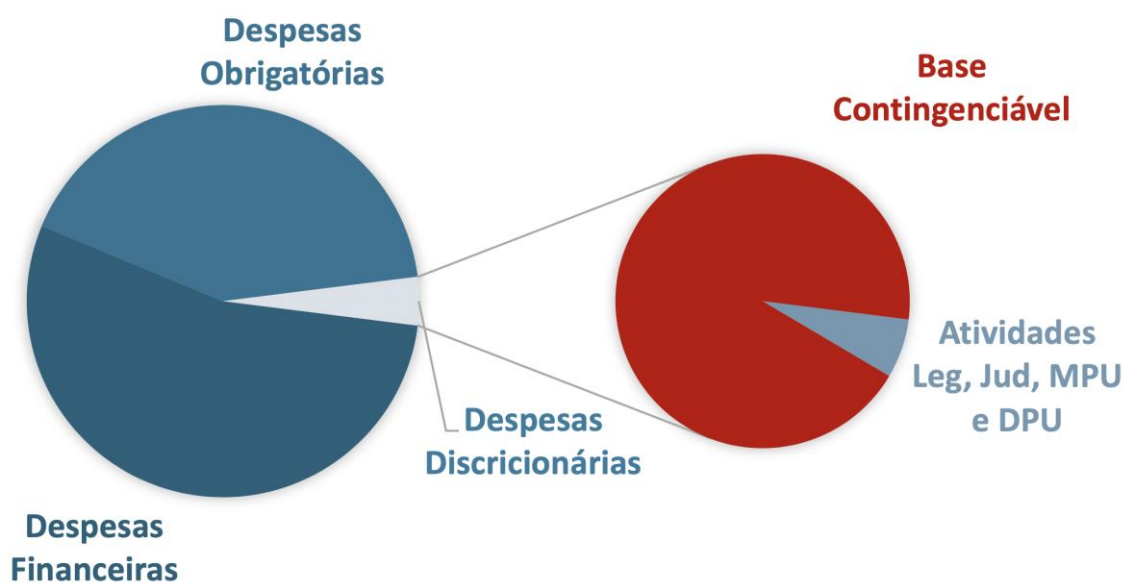
² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/credito-extraordinario>

Esse conjunto de dotações iniciais é conhecido como “base contingenciável”.

Base contingenciável

Esse montante não tem nenhum significado em si, servindo apenas para calcular a contribuição de cada Poder caso a necessidade de contingenciamento se materialize:

DOTAÇÕES INICIAIS - LOA 2018



Fonte: Ministério do Planejamento / Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, 1º bimestre de 2018, elaborado pelo Ministério da Fazenda.

Os Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas apresentam o cálculo para obtenção da base, bem como o limite de empenho de cada Poder. De acordo com o Relatório do 1º bimestre de 2018, a base contingenciável para 2018 é ilustrada abaixo:

R\$ 1,00	
DESCRIÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.504.921.082.632
B. Total de Despesas Financeiras	1.902.449.323.954
C. Total de Despesas Obrigatórias	1.462.875.274.296
D. Total de Despesas Primárias Discricionárias (A - B - C) ⁽¹⁾	139.596.484.382
E. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU - Posição LOA 2018	9.088.441.348
F. Base Contingenciável (D - E)	130.508.043.034

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

O valor expresso na linha “D” da tabela acima não exclui os R\$ 570 milhões do FUNPEN que passaram a ser despesas obrigatórias. Havendo essa exclusão, o valor se aproxima do exposto na página 5.

O Manual Técnico do Orçamento – MTO 2018 define atividade como “instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo”. Elas são identificadas no orçamento como as ações cujos códigos se iniciam com os dígitos 2,4,6 e 8.

A exclusão das atividades dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU da base contingenciável faz com que a participação desses Poderes num possível esforço de contingenciamento seja menor.

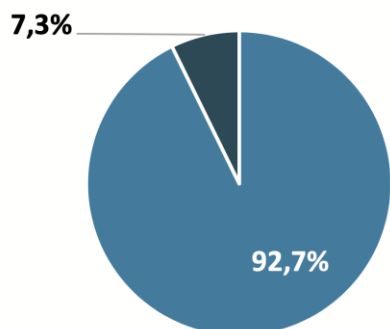
Cabe dizer, porém, que de acordo com o §2º do artigo nº 56 da LDO 2018, o volume de atividades excluído da base deve ser diminuído no mesmo percentual de frustração das receitas primárias, caso isso ocorra.

Somente nesse caso de frustração de receitas, o volume da base contingenciável pode aumentar ao longo de um ano, elevando assim os percentuais de participação dos demais Poderes. Isso porque os outros elementos do cálculo da base contingenciável são fixos, pois consideram as dotações iniciais inseridas na LOA.

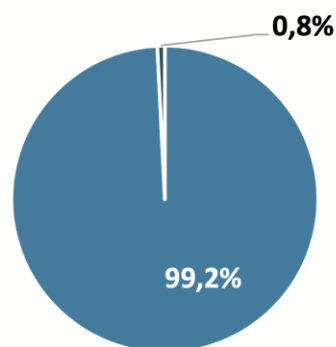
A utilização do conceito de base contingenciável faz com que a contribuição proporcional do Poder Executivo para um eventual contingenciamento seja maior do que aquele que resultaria caso o parâmetro utilizado fosse todo o conjunto de despesas discricionárias aprovado na LOA.

DOTAÇÕES INICIAIS – LOA 2018

Despesas Discricionárias



Base Contingenciável



■ Poder Executivo ■ Demais Poderes

Fonte: Ministério do Planejamento / Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, 1º bimestre de 2018, elaborado pelo Ministério da Fazenda.

O Relatório de Avaliação do 1º bimestre também mostra o percentual de participação no contingenciamento de cada Poder, de acordo com sua participação na base contingenciável. Para 2018, os valores estão apresentados na tabela abaixo, que inclui a variação da limitação de empenho e movimentação financeira em relação à avaliação extemporânea de fevereiro:

R\$ 1,00			
Poderes, MPU e DPU	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	129.485.021.200	99,22	1.544.407.423
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.023.021.834	0,78	12.201.894
Câmara dos Deputados	24.517.070	0,02	292.423
Senado Federal	1.200.240	0,00	14.316
Tribunal de Contas da União	80.600	0,00	961
Supremo Tribunal Federal	447.775	0,00	5.341
Superior Tribunal de Justiça	27.015.000	0,02	322.216
Justiça Federal	185.804.411	0,14	2.216.146
Justiça Militar da União	4.242.940	0,00	50.607
Justiça Eleitoral	194.250.431	0,15	2.316.884
Justiça do Trabalho	470.774.260	0,36	5.615.068
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	17.158.874	0,01	204.659
Conselho Nacional de Justiça	44.150.443	0,03	526.596
Defensoria Pública da União	0	0,00	0
Ministério Público da União	53.379.790	0,04	636.677
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0,00	0
Total	130.508.043.034	100,0	1.556.609.317

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

Pela tabela, havendo necessidade de corte, 99,22% da limitação de empenho seria de despesas do Executivo, enquanto que aos demais Poderes caberia um corte em suas despesas discricionárias equivalente 0,78% de tal volume.

Desse modo, no caso de um contingenciamento de R\$ 10 bilhões no orçamento, R\$ 9,922 bilhões teriam que vir do Poder Executivo, enquanto que a necessidade de corte dos outros Poderes seria de R\$ 78 milhões.

Assim, como a participação do Poder Executivo na base contingenciável é bem maior que a dos demais Poderes, pode-se dizer que são as despesas discricionárias do Poder Executivo que realmente contam para efeito de limitação de empenho. Apenas uma pequena parcela das despesas discricionárias dos demais Poderes pode ser alvo de contingenciamento.

Vale dizer também que esses limites favorecem mais o Executivo quando há possibilidade de ampliação nos empenhos. O Relatório de Avaliação do 4º bimestre de 2018 apresenta a revisão nas projeções de receitas e despesas, com ampliação dos limites de empenho em R\$ 8,2 bilhões com relação ao apurado na avaliação anterior. Nesse caso, as proporções obtidas na base contingenciável também são aplicadas e o Poder Executivo seria beneficiado com a ampliação de seus empenhos em volume equivalente a 99,22% do montante total mencionado (vide tabela abaixo), onde a variação representa a alteração no limite de empenho e movimentação financeira em relação à avaliação do 3º bimestre:

R\$ 1,00			
Poderes, MPU e DPU	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	129.485.021.200	99,22	8.160.134.033
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.023.021.834	0,78	64.470.741
Câmara dos Deputados	24.517.070	0,02	1.545.063
Senado Federal	1.200.240	0,00	75.639
Tribunal de Contas da União	80.600	0,00	5.079
Supremo Tribunal Federal	447.775	0,00	28.219
Superior Tribunal de Justiça	27.015.000	0,02	1.702.483
Justiça Federal	185.804.411	0,14	11.709.377
Justiça Militar da União	4.242.940	0,00	267.390
Justiça Eleitoral	194.250.431	0,15	12.241.644
Justiça do Trabalho	470.774.260	0,36	29.668.150
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	17.158.874	0,01	1.081.351
Conselho Nacional de Justiça	44.150.443	0,03	2.782.357
Defensoria Pública da União	0	0,00	0
Ministério Público da União	53.379.790	0,04	3.363.989
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0,00	0
Total	130.508.043.034	100,0	8.224.604.774

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

O Relatório de Avaliação do 5º bimestre, por sua vez, anunciou a redução nos limites de empenho em R\$ 2.359,1 milhões em relação ao anunciado na revisão do 4º bimestre. Mais uma vez os limites da base contingenciável são aplicados: ao Executivo cabe limitar suas despesas em 99,22% desse valor (R\$ 2.340,6 milhões), enquanto que aos demais Poderes cabe o corte de 0,78% do total, ou R\$ 18,5 milhões.

C. Emendas parlamentares

A partir do exercício de 2018, as emendas individuais, previstas no §9º e §11 do artigo nº 166 da Constituição, e as emendas de bancadas, reguladas pelos artigos nº 59 a 65 da LDO 2018, terão seu regime de execução baseado na regra estabelecida pelo Novo Regime Fiscal (teto de gastos).

Assim, para ambos os tipos de emendas, o montante de execução obrigatória em determinado ano equivalerá ao montante correspondente no ano de 2017 acrescido da variação do IPCA apurada nos 12 meses terminados em junho do ano anterior.

No caso das emendas individuais, metade do percentual de execução obrigatória será destinada a ações e serviços públicos de saúde, contribuindo assim para o alcance do mínimo constitucional exigido para despesas nessa função.

Entretanto, a LDO 2018, no §3º do artigo nº 59, estipula que, se houver necessidade de contingenciamento, os montantes de execução obrigatória das emendas serão reduzidos na mesma proporção do limite de empenho imposto ao conjunto de despesas primárias discricionárias.

Emendas de Bancada	LOA (R\$)	Execução Obrigatória (R\$)
Poder Executivo	3.071.155.338	4.387.364.770
Defensoria Pública	-	-
Ministério Público	-	-
Poder Judiciário	-	-
Poder Legislativo	-	-
TOTAL	3.071.155.338,0	4.387.364.770,0

Emendas Individuais	LOA (R\$)	Execução Obrigatória (R\$)
Poder Executivo	8.768.759.275	8.769.559.069
Defensoria Pública	-	-
Ministério Público	-	-
Poder Judiciário	5.170.000	5.170.472
Poder Legislativo	-	-
TOTAL	8.773.929.275,0	8.774.729.541,0

Fonte: SIGA Brasil, Ministério do Planejamento / Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, 4º bimestre de 2018.

Como o Relatório de Avaliação do 5º bimestre anunciou a limitação de empenho em R\$ 2.359,1 milhões, é preciso calcular a proporção desse montante no total de despesas discricionárias (igual a R\$ 139.596,5 milhões, conforme tabela da página 8, item D).

A proporção encontrada, de 1,69%, equivale à redução a ser aplicada no montante de execução obrigatória de emendas individuais e de bancada. No primeiro caso, a redução é de R\$ 148,29 milhões, fazendo com que o limite obrigatório em emendas individuais caia a R\$ 8.626,44 milhões.

No caso das emendas de bancada, o limite de execução obrigatório cai em R\$ 74,1 milhões, chegando a R\$ 4.319,2 milhões. Como esse limite continua sendo superior ao aprovado na LOA 2018, essa variação no limite de execução obrigatória não tem efeitos práticos.

Vale, por fim, ressaltar que metade do percentual de execução obrigatória das emendas individuais deve ser destinada a ações e serviços públicos de saúde, contribuindo assim para o alcance do mínimo constitucional exigido para despesas nessa função. Como se verá adiante, essa regra amplia um pouco mais a capacidade de contingenciamento do governo.

D. Mínimos constitucionais

Com o Novo Regime Fiscal (teto de gastos), a partir do exercício de 2018, as aplicações mínimas com ações e serviços públicos de saúde e de manutenção e desenvolvimento do ensino em determinado ano serão iguais aos valores mínimos considerados no ano anterior corrigidos pela inflação acumulada em 12 meses até junho do ano anterior.

Para atender a esse comando constitucional, o Governo Federal precisa garantir a execução de algumas despesas discricionárias com saúde e educação. Entretanto, o montante exato a ser executado dessas despesas não é fácil de se estimar a priori, pois vai depender do que vai ser usado nessas funções por meio de despesas obrigatórias.

De todo modo, as despesas com saúde e educação consideradas para cumprimento dos mínimos constitucionais são facilmente identificadas no orçamento por intermédio dos chamados “Identificadores de Uso – IU”, conforme definido pela LDO de cada ano.

A LDO 2018 (Lei nº 13473/2017), por exemplo, em seu art. 6º, §11º, define IU 6 para despesas com saúde e IU 8 para despesas com educação.

Com esses indicadores, é possível pesquisar o volume total de despesas discricionárias que poderá ter de ser excluído de um possível contingenciamento por conta da obrigação de se cumprir os mínimos constitucionais.

Considerando as dotações iniciais da LOA 2018, os quadros a seguir detalham o volume de despesas discricionárias alocadas para cumprimento dessa regra:

Saúde	LOA (R\$ milhões)
discricionárias (emendas de bancada)	818
discricionárias (emendas individuais)	4.804,3
demais discricionárias	19.230,0
TOTAL	24.852,2

Educação	LOA (R\$ milhões)
discricionárias (emendas de bancada)	312
discricionárias (emendas individuais)	360,5
demais discricionárias	21.193,3
TOTAL	21.866,2

Fonte: SIGA Brasil.

Assim, até R\$ 46,7 bilhões em despesas discricionárias poderiam escapar de um possível corte orçamentário por conta da necessidade de cumprimento dos mínimos constitucionais.

Desse total, cerca de R\$ 6,3 bilhões já seriam executados por serem inscritos como emendas parlamentares. Essa prática reduz a rigidez trazida pela regra de execução obrigatória das emendas. Em outras palavras, como as duas obrigações (emendas e mínimos) se sobrepõem, há um pouco menos de rigidez do que o originalmente desenhado.

Comentários Gerais

A capacidade de contingenciamento do Governo Federal é reduzida devido, principalmente, ao elevado patamar de despesas obrigatórias no orçamento brasileiro, as quais representaram mais 90% das dotações iniciais destinadas a despesas primárias na LOA 2018.

Além disso, por conta do conceito de base contingenciável, a contribuição dos Poderes Legislativo e Judiciário num possível esforço de contingenciamento é bem inferior à do Poder Executivo. Assim, são as despesas discricionárias do Executivo que de fato contam para o contingenciamento.

Entretanto, o montante passível de corte acaba sendo ainda menor por conta das emendas parlamentares de execução obrigatória, da necessidade de respeito aos mínimos constitucionais com saúde e educação, e da necessidade de execução das despesas discricionárias abertas por meio de créditos extraordinários.

Por fim, vale dizer que, mesmo as despesas discricionárias que escapam a todas essas regras não são de fácil contingenciamento. Boa parte delas financia a execução de políticas públicas de grande importância tanto para a sociedade, quanto para o funcionamento da administração pública.

Pesquisa 1 – Despesas discricionárias

Poder Executivo

Como já antecipado, embora os Poderes Legislativo e Judiciário possuam um montante relevante de despesas discricionárias, apenas uma pequena parte desse total pode ser contingenciado. Isso porque a participação desses Poderes na chamada “base contingenciável” é sempre bem inferior a do Poder Executivo.

A seguir, será apresentado um passo-a-passo de como chegar ao volume dessas despesas utilizando o sistema SIGA Brasil.

A pesquisa terá como foco a dotação inicial prevista na LOA 2018. O montante de despesas discricionárias pode variar ao longo do ano na medida em que créditos adicionais podem ser concedidos ou cancelados.

R\$ milhões			
Discriminação	LOA 2018 (a) ⁽¹⁾	Avaliação de Fevereiro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.462.052,3	1.460.655,3	-1.397,1
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	890.255,3	880.924,3	-9.331,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	405.337,6	403.283,8	-2.053,8
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	166.459,4	176.447,2	9.987,8
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	244.220,2	243.862,7	-357,5
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	1.217.832,1	1.216.792,6	-1.039,5
4. Despesas Primárias	1.373.365,2	1.371.597,6	-1.767,6
Obrigatória	1.243.880,5	1.242.683,0	-1.197,6
Discricionárias	129.484,7	128.914,7	-570,0
5. Resultado Primário (3) - (4)	(155.533,1)	(154.805,1)	728,1
6. Meta Fiscal	(159.000,0)	(159.000,0)	0,0
7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)	3.466,9	4.194,9	728,1

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

De acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre de 2018, o total de despesas discricionárias no ano é de R\$ 128.914,7 milhões. Esse volume equivale ao montante inicialmente previsto na LOA, descontados os R\$ 570 milhões do FUNPEN que se tornaram despesas obrigatórias.

Parâmetros a escolher

Dimensões:

Poder – agrupamento das despesas por tipo de poder.

- Filtro (incluir): Não Aplicado, Não Informado, Outros Encargos, Poder Executivo e Reserva de Contingência.

Resultado EOF (Cod/Desc) – agrupamento das despesas em financeiras, primárias obrigatórias e primárias discricionárias.

- Filtro (incluir): 2 – Desp. Prim. Discricionária, 3 – Desp. Prim. Disc. (PAC), 4 – Orçamento de Investimento sem Impacto Fiscal, 6 – Desp. Prim. Disc. (Emendas Individuais), 7 – Desp. Discric. Decor. de Emenda de Bancada, Não Aplicado – Não Aplicado e Não Informado – Não Informado.

Tipo de Crédito – agrupamento das despesas por tipo de crédito.

- Filtro (excluir): G – Extraordinário e Z – RP Extraordinário.

Valor:

Dotação Inicial – Valor previsto no Orçamento.

- Por questões didáticas, a pesquisa será feita tendo como parâmetro de valor a **Dotação Inicial** do orçamento. Entretanto, para acompanhamento das variações nas dotações das despesas discricionárias e na execução dessas despesas, basta que sejam selecionados outros valores.
- Para se saber a dotação atualmente disponível no orçamento, uma opção é incluir o valor **Autorizado**. Esse conceito considera todos os créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) concedidos e desconta os créditos que foram cancelados ou remanejados. Além disso, em relação à execução dos recursos, podem ser escolhidos, por exemplo, os valores **Empenhado**, **Pago** e **RP Pago**.

Siga Brasil – página de acesso ao sistema

<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>

SIGA BRASIL PAINÉIS
SIGA Brasil são interfaces gráficas e interativas que permitem análises plurianuais e pesquisas por palavras-chaves na base de dados do SIGA Brasil.



PAINEL CIDADÃO
Pesquise as despesas do orçamento da União por assunto, sem a necessidade de conhecer as classificações orçamentárias.



PAINEL EMENDAS
Pesquise por palavras-chave a execução das emendas ao orçamento da União.



PAINEL ESPECIALISTA
Pesquise as despesas e receitas do orçamento da União e interaja em ambiente gráfico ou monte sua própria consulta tendo como base a linguagem das classificações orçamentárias.

SIGA BRASIL RELATÓRIOS
SIGA Brasil Relatórios é um programa, também consultas à base de dados do SIGA Brasil ou linguagem das classificações orçamentárias. Há duas formas utilização do SIGA Brasil OLAP: pelo acesso especialista e pelo acesso público. Os dois tipos de acesso proveem as mesmas informações. No acesso especialista, o usuário é nominado no sistema por meio de login e senha e isso permite gravar uma consulta e atualizá-la em um segundo momento.

PRECISA DE AJUDA? Leia os arquivos de ajuda para aprender a usar os recursos do SIGA Brasil.

- ☒ Apostila Completa SIGA Brasil
- ☒ Portal de trabalho SIGA Brasil
- ☒ Interatividade nos documentos SIGA Brasil

Insira o nome de usuário e a senha

ACESSO LIVRE (CLIQUE AQUI)

ACESSO ESPECIALISTA

Nome

Senha

Fale com o SIGA Brasil
sigabrazil@senado.leg.br

Acessar

Como obter a senha?

SENADO FEDERAL

Página inicial | Documentos

Meus documentos visualizados recentemente

Despesas Contingenciáveis por unidade ações (Furpen)

0 mensagens não lidas em Minha caixa de entrada

Nenhuma mensagem não lida

Meus aplicativos

Meus documentos executados recentemente

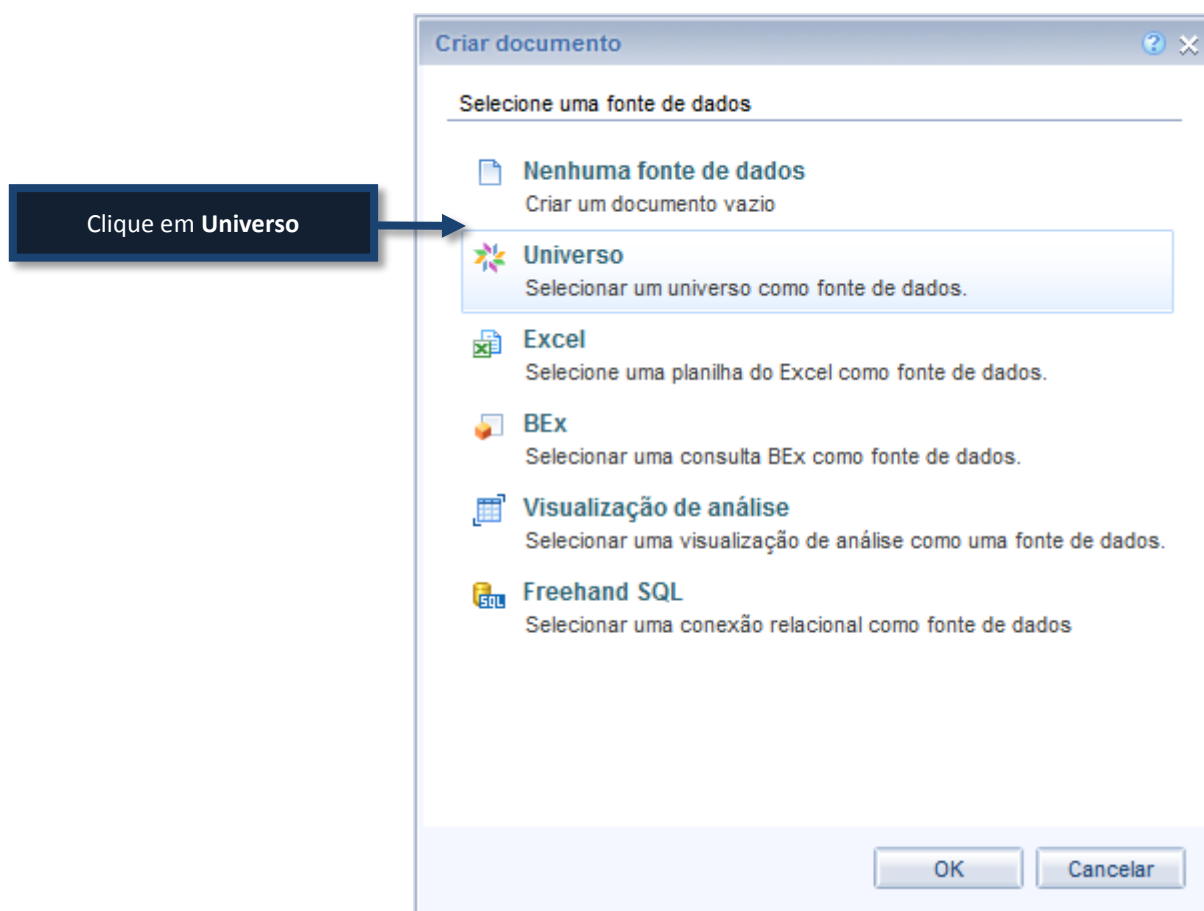
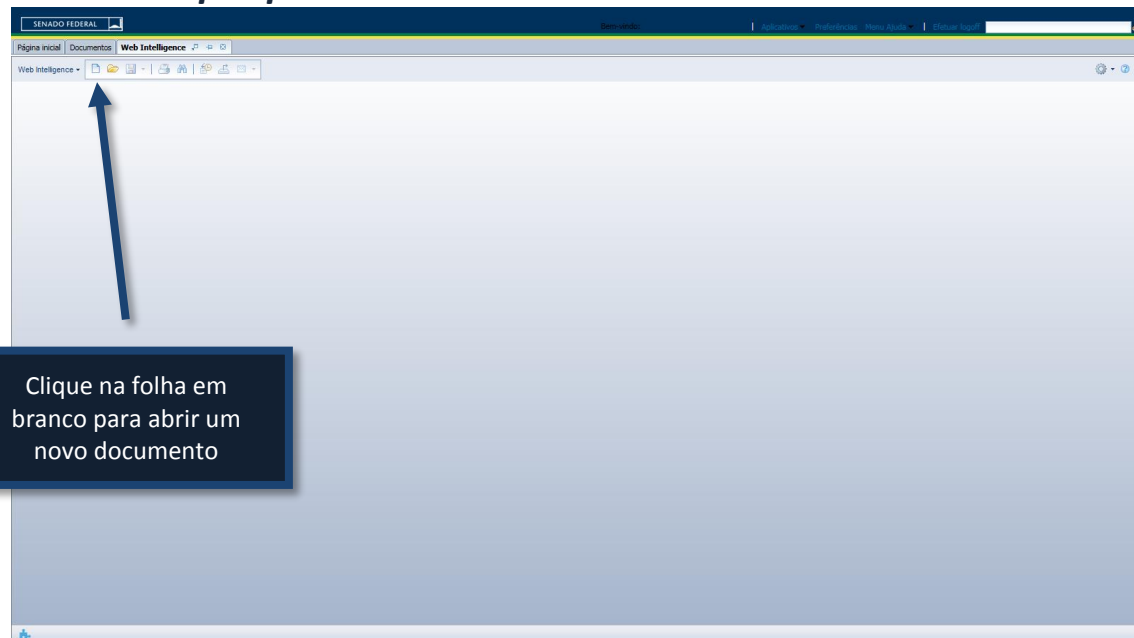
Nenhum documento executado recentemente

Nenhuma alerta não lida

Clique em “Meus Aplicativos”

Ver mais...

Iniciando a pesquisa com dados da LOA 2018



Escolhendo as dimensões e os valores

1º Clique em Órgãos e Unidades Orçamentárias

2º Clique em Resultado Primário SIAFI

3º Clique em Tipo Crédito

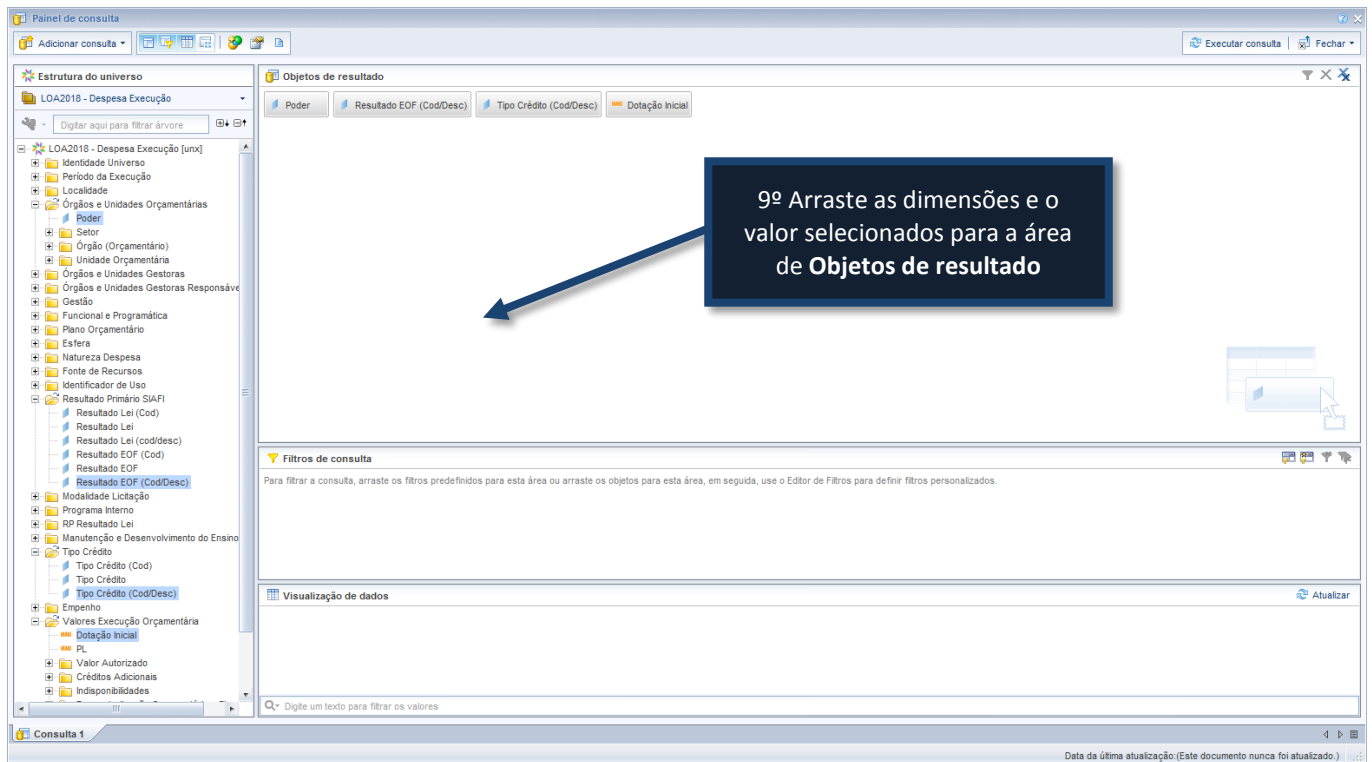
4º Clique em Valores Execução Orçamentária

5º Seleccione a dimensão Poder

6º Seleccione a dimensão Resultado EOF (Cod/Desc)

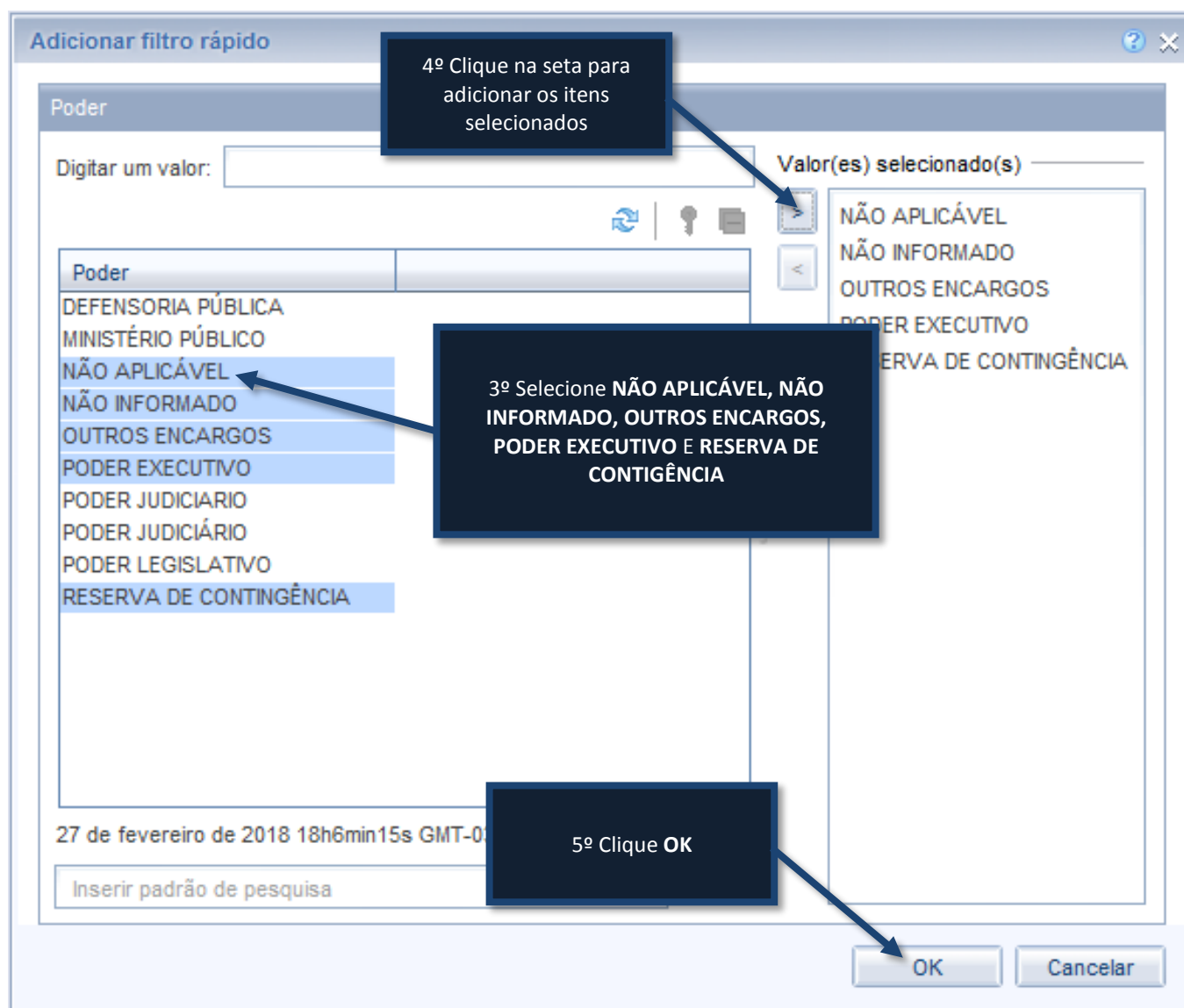
7º Seleccione a dimensão Tipo Crédito (Cod/Desc)

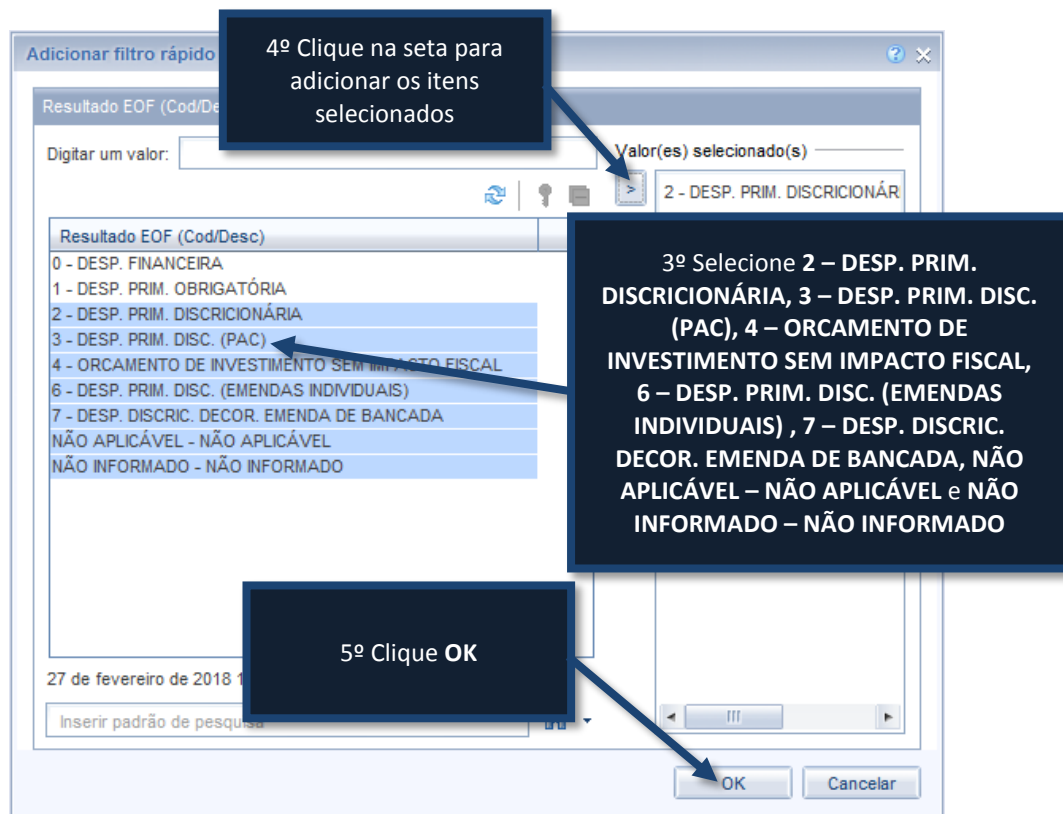
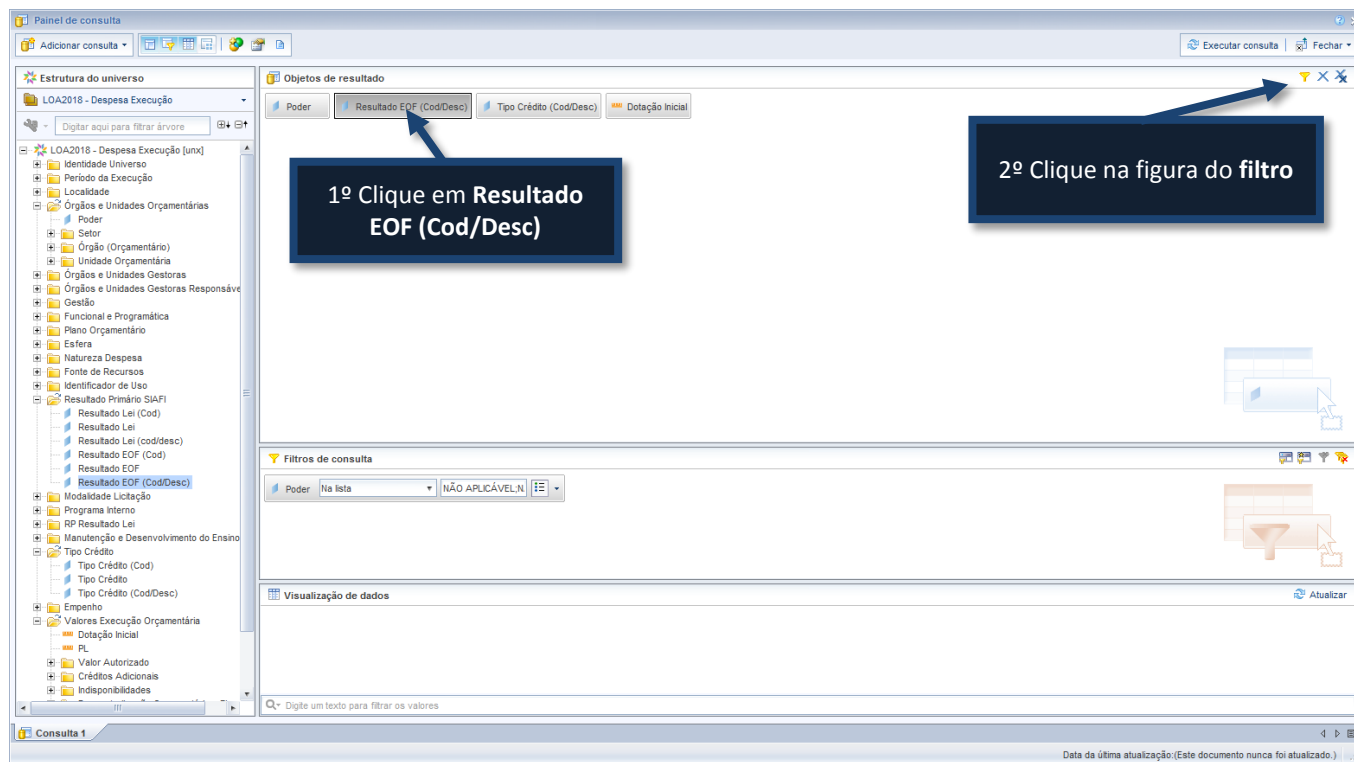
8º Seleccione o valor Dotação Inicial

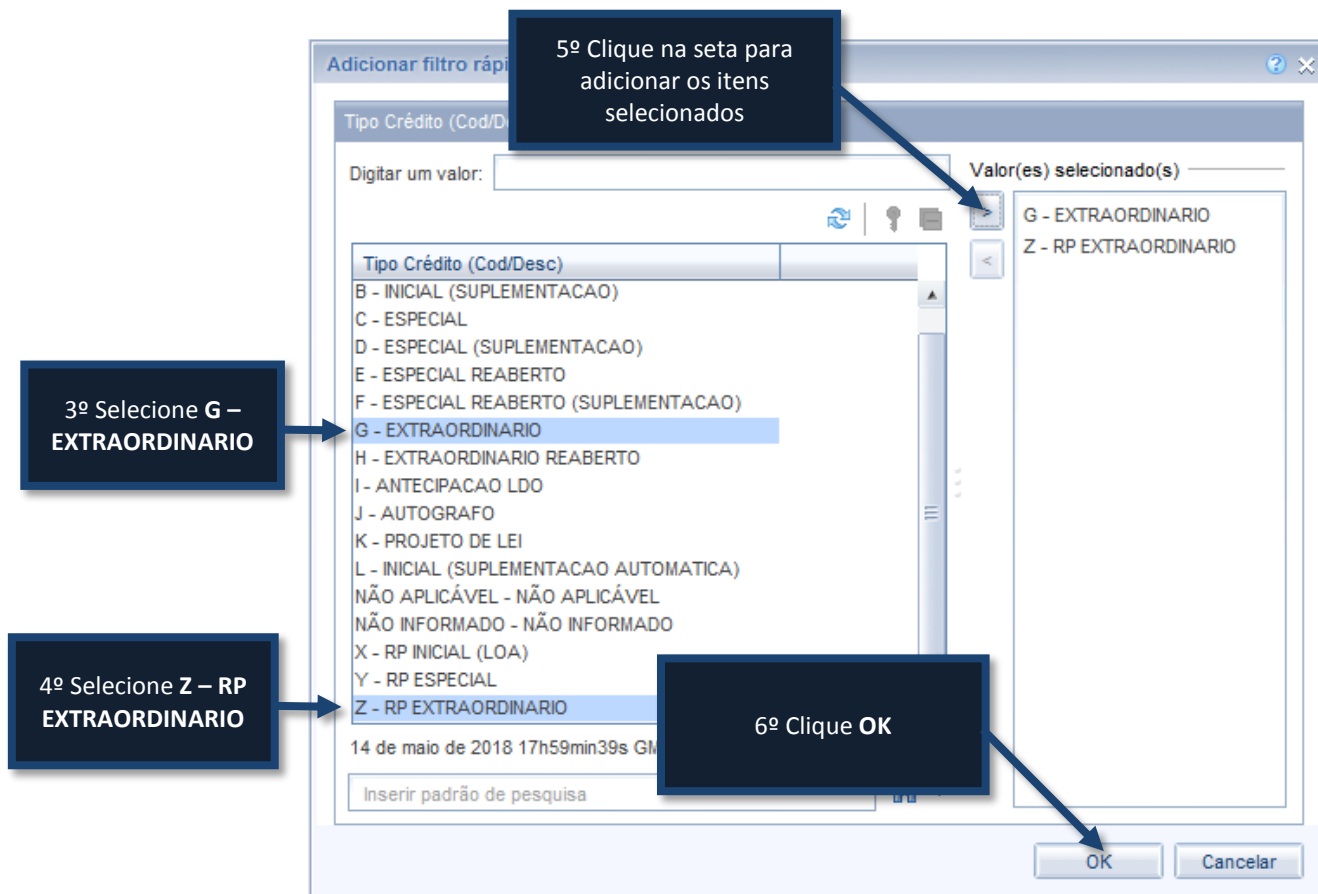
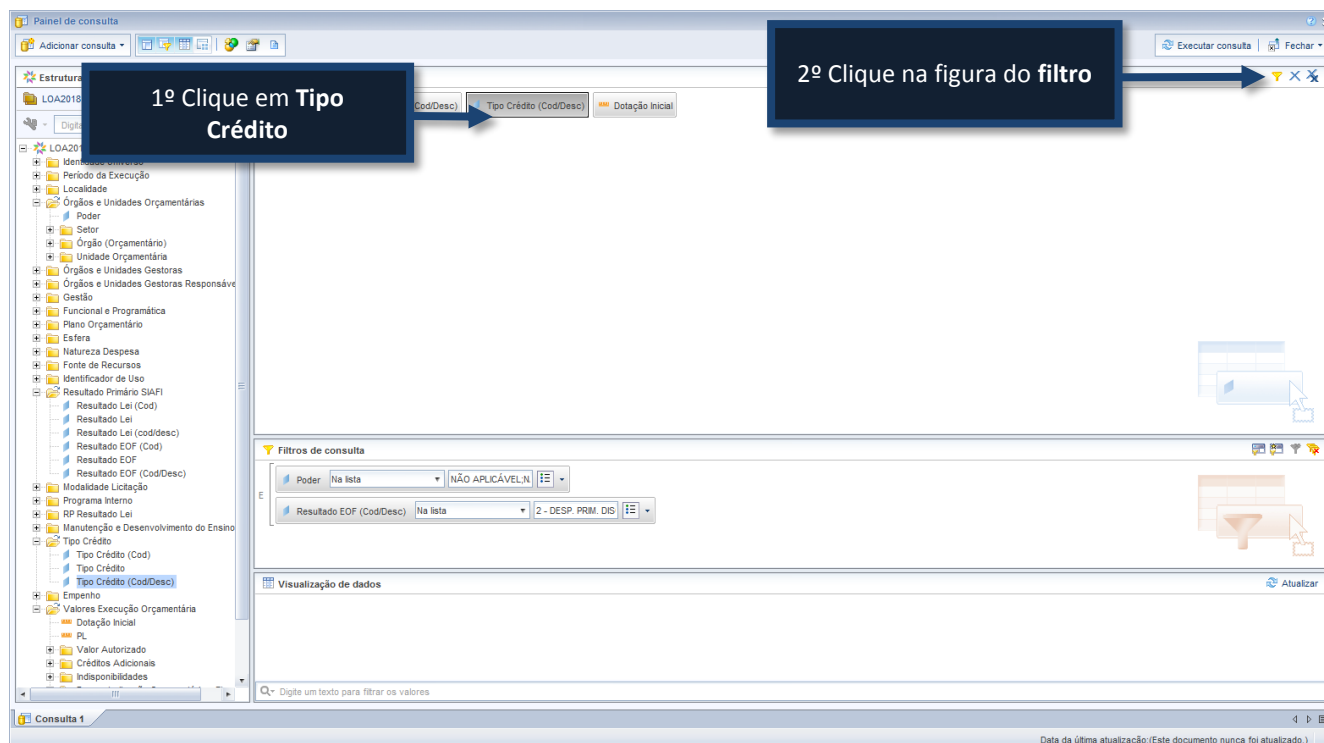


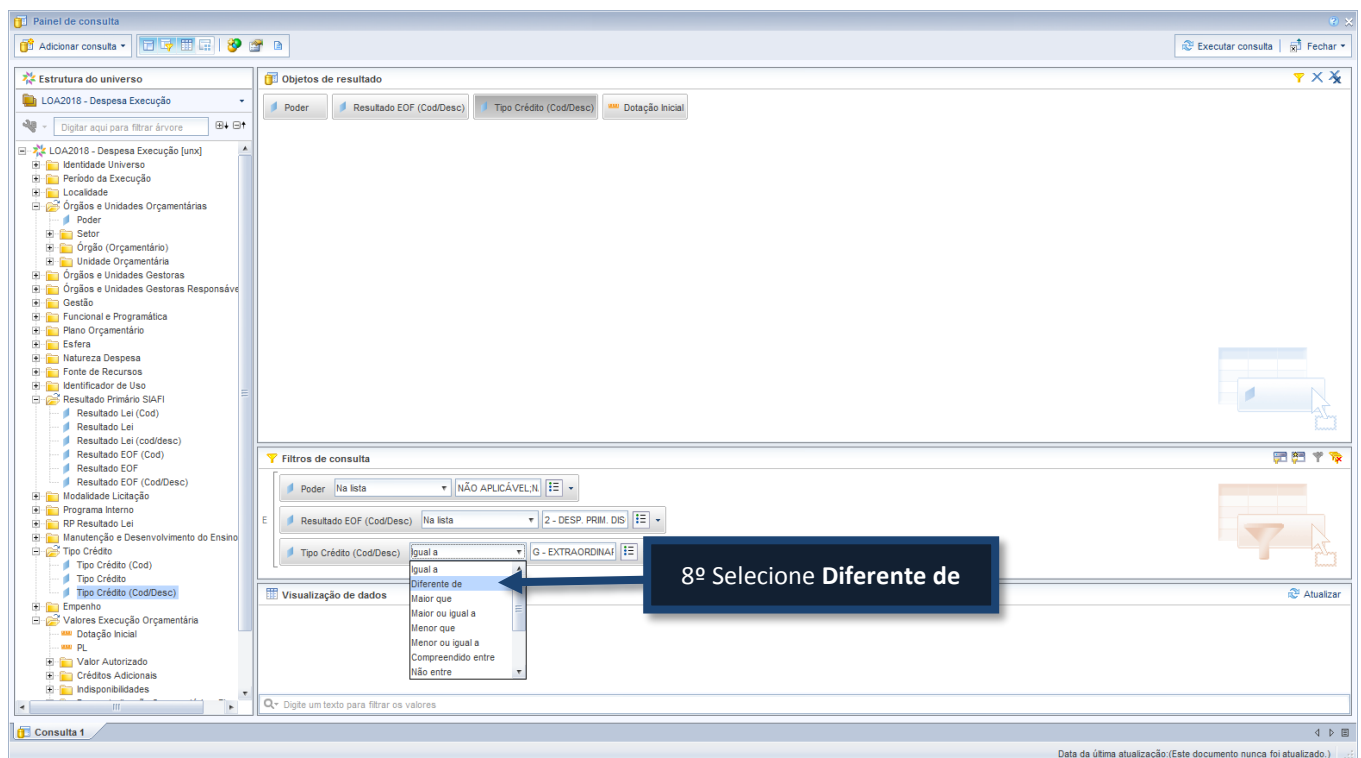
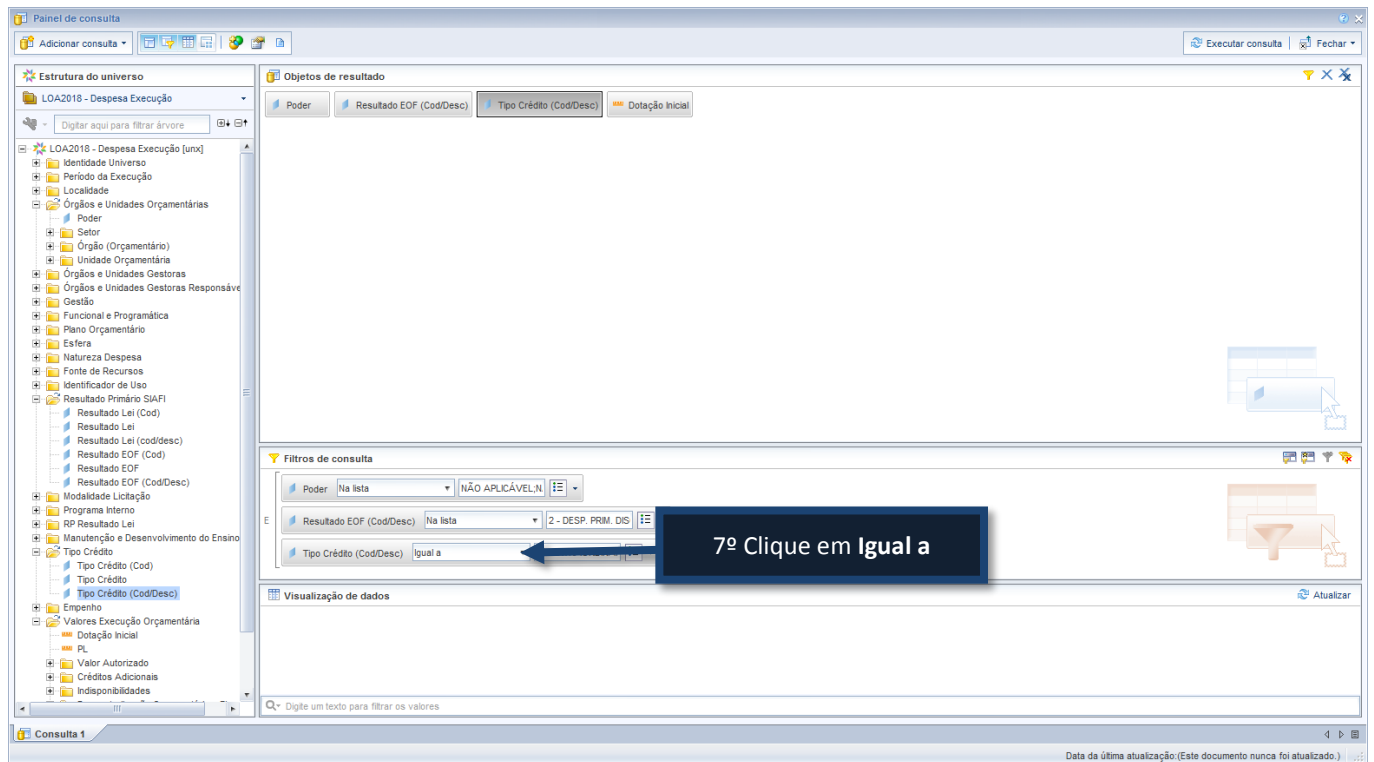
Elaborando os filtros











Realizando a pesquisa

Clique em Executar consulta

The screenshot shows the 'Painel de consulta' (Search Panel) in the PRISMA Fiscal system. On the left, there is a tree view of the 'LOA2018 - Despesa Execução' structure. The main area contains filters for 'Poder', 'Resultado EOF (Cod/Desc)', 'Tipo Crédito (Cod/Desc)', and 'Dotação Inicial'. The 'Executar consulta' button is located in the top right corner of the panel.

Pesquisa realizada

Relatório 1

Poder	Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	Dotação Inicial
NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	0,00
OUTROS ENCARGOS	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	6.499.364.278,00
OUTROS ENCARGOS	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	85.051.386.926,97
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	25.524.337.260,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	A - INICIAL (LOA)	8.768.759.275,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	A - INICIAL (LOA)	3.071.155.338,00
PODER EXECUTIVO	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	A - INICIAL (LOA)	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0,00
			128.915.003.077,97

Relatório 1

Valor no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre

Existe diferença no valor encontrado para as despesas contingenciáveis na pesquisa no SIGA Brasil e no Relatório Bimestral, conforme demonstrado abaixo:

Pesquisa Siga Brasil = 128.915,0 milhões
Relatório Bimestral = 128.914,7 milhões
Diferença = 0,330 milhões

Essa diferença se refere à classificação inadequada de uma emenda³ realizada no Orçamento pelo Congresso Nacional, e por se tratar de emenda impositiva, sua classificação não pode ser alterada pelo Poder Executivo.

Para cálculo da base contingenciável do Poder Executivo (Pesquisa 2 a seguir) é preciso adicionar os R\$ 570 milhões que, na versão inicial da LOA 2018, foram classificados como despesa discricionária. Assim, adicionando R\$ 570 milhões aos R\$ 128.915 milhões chega-se ao valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo consideradas para apuração da base contingenciável.

Inserindo Função e GND

A fim de se conhecer quais áreas de atuação governamental seriam atingidas por um corte orçamentário, pode-se agrupar as despesas discricionárias por função de governo ou tipo (natureza). Para isso, serão inseridas duas dimensões na pesquisa realizada: Função e GND.

Com a dimensão Função é possível verificar a área de atuação governamental a que se relaciona a despesa. Ela permite, por exemplo, checar se a despesa se refere à administração pública ou educação.

Já a dimensão GND – Grupo Natureza da Despesa traz o detalhamento da classificação econômica da despesa orçamentária, separando as despesas correntes (GND 1 - Pessoal e Encargos Sociais, GND 2 - Juros e Encargos da Dívida e GND 3 - Outras Despesas Correntes) das despesas de capital (GND 4 - Investimentos, GND 5 - Inversões financeiras e GND 6 - Amortização da Dívida).

Além disso, será inserida a função Ação para que seja possível a exclusão da emenda classificada equivocadamente.

³ Descrição da Emenda: Unidade Orçamentária: 53101U - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta / Ação: 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.

1º Clique no ícone de edição de pesquisa

	Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	Dotação Inicial
	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	0,00
	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	6.499.364.278,00
	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	85.051.386.926,97
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	25.524.337.260,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	A - INICIAL (LOA)	8.768.759.275,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	A - INICIAL (LOA)	3.071.155.338,00
PODER EXECUTIVO	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	A - INICIAL (LOA)	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0,00
			128.915.003.077,97

2º Clique Funcional e Programática e depois em Função e em Ação

3º Clique Natureza Despesa e depois em GND

Panel de consulta

Adicionar consulta

Executar consulta | Fechar

Estrutura do universo

LOA2018 - Despesa Execução

LOA2018 - Despesa Execução [unx]

- Identidade Universo
- Período da Execução
- Localidade
- Órgãos e Unidades Orçamentárias
- Órgãos e Unidades Gestoras
- Órgãos e Unidades Gestoras Responsáveis
- Gestão
- Funcional e Programática
- Plano Orçamentário
- Esfera
- Natureza Despesa
- Fonte de Recursos
- Identificador de Uso
- Resultado Primário SIAFI
- Modalidade Licitação
- Programa Interno
- RP Resultado Lei
- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
- Tipo Crédito
- Empenho
- Valores Execução Orçamentária

Filtros

Poder: Na lista | NÃO APLICÁVEL

Resultado EOF (Cod/Desc): Na lista | 2 - DESP. PRIM. DIS

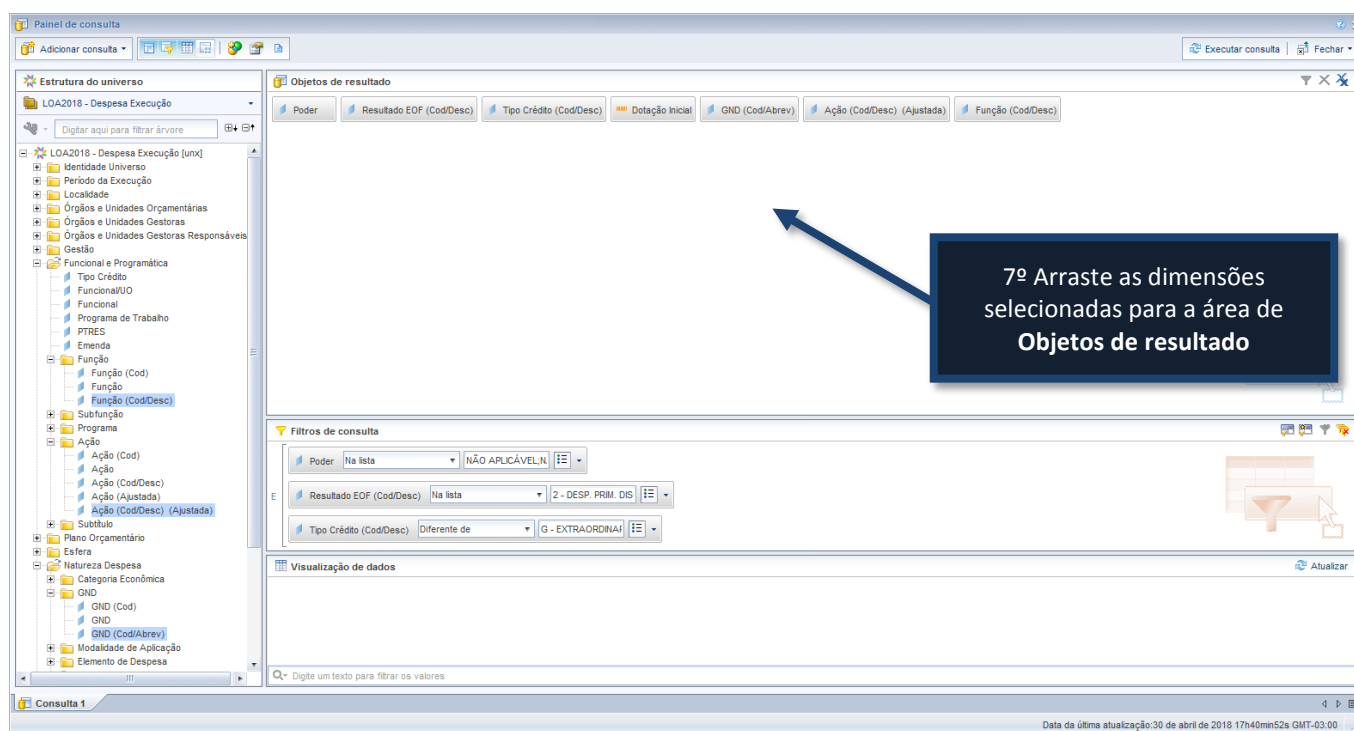
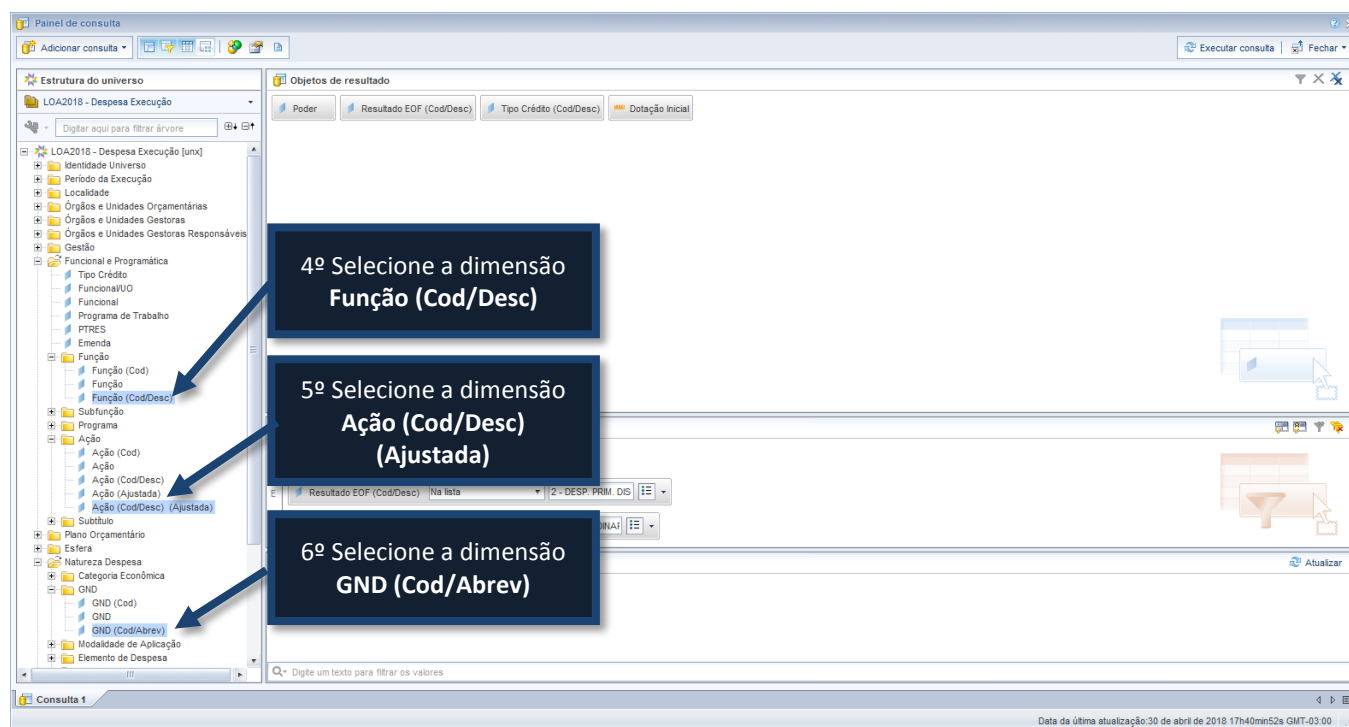
Tipo Crédito (Cod/Desc): Diferente de | G - EXTRAORDINÁRIA

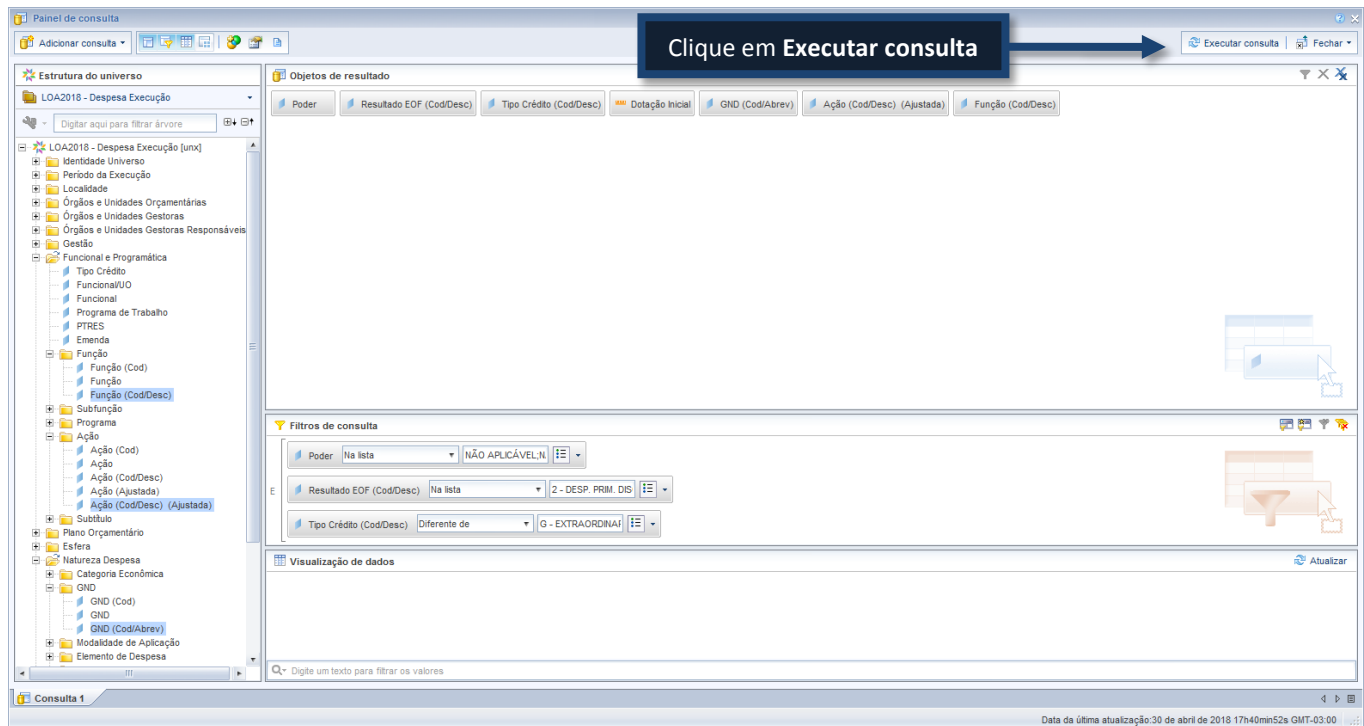
Visualização de dados

Atualizar

Consultas 1

Data da última atualização: 28 de março de 2018 15h34min36s GMT-03:00





Adicionando os novos objetos à pesquisa

SENADO FEDERAL

despesas contingencia...

Objetos disponíveis

1º Clique em **Objetos disponíveis**

Poder	Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	Dotação Inicial
NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL	0,00
A - INICIAL (LOA)			6.499.364.278,00
A - INICIAL (LOA)			0,00
A - INICIAL (LOA)			85.051.386.926,96
C - ESPECIAL			0,00
PODER EXEC 3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)		A - INICIAL (LOA)	25.524.337.260,00
PODER EXEC 3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)		C - ESPECIAL	0,00
PODER EXEC 6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)		A - INICIAL (LOA)	8.768.759.275,00
PODER EXEC 6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)		C - ESPECIAL	0,00
PODER EXEC 7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA		A - INICIAL (LOA)	3.071.155.338,00
PODER EXEC 7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA		C - ESPECIAL	0,00
PODER EXEC NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO		A - INICIAL (LOA)	0,00
RESERVA DE 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA		A - INICIAL (LOA)	0,00
			128.915.003.077,96

Relatório 1

Rastrear alterações: desativado | Página 1 de 1 | 100% | 3 minutos atrás.

2º Selecione as dimensões adicionadas

Poder	Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	Dotação Inicial
NÃO APLICÁV	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	0,00
OUTROS EN	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	6.499.364.278,00
OUTROS EN	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	0,00
PODER EXE	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	85.051.386.926,96
PODER EXE	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXE	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	25.524.337.260,00
PODER EXE	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXE	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	A - INICIAL (LOA)	8.768.759.275,00
PODER EXE	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXE	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	A - INICIAL (LOA)	3.071.155.338,00
PODER EXE	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXE	NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	A - INICIAL (LOA)	0,00
RESERVA DE	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0,00
			128.915.003.077,96

3º Arraste e solte as dimensões selecionadas até a divisão entre Tipo Crédito (Cod/Desc) e Dotação Inicial

Relatório 1

Poder	Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	Dotação Inicial
NÃO APLICÁV	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	0,00
OUTROS EN	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	6.499.364.278,00
OUTROS EN	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	0,00
PODER EXE	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	85.051.386.926,96
PODER EXE	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXE	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	25.524.337.260,00
PODER EXE	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXE	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	A - INICIAL (LOA)	8.768.759.275,00
PODER EXE	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXE	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMP. DE BANCADA	A - INICIAL (LOA)	3.071.155.338,00
			0,00
			0,00
			0,00
			128.915.003.077,96

Função e GND inseridos

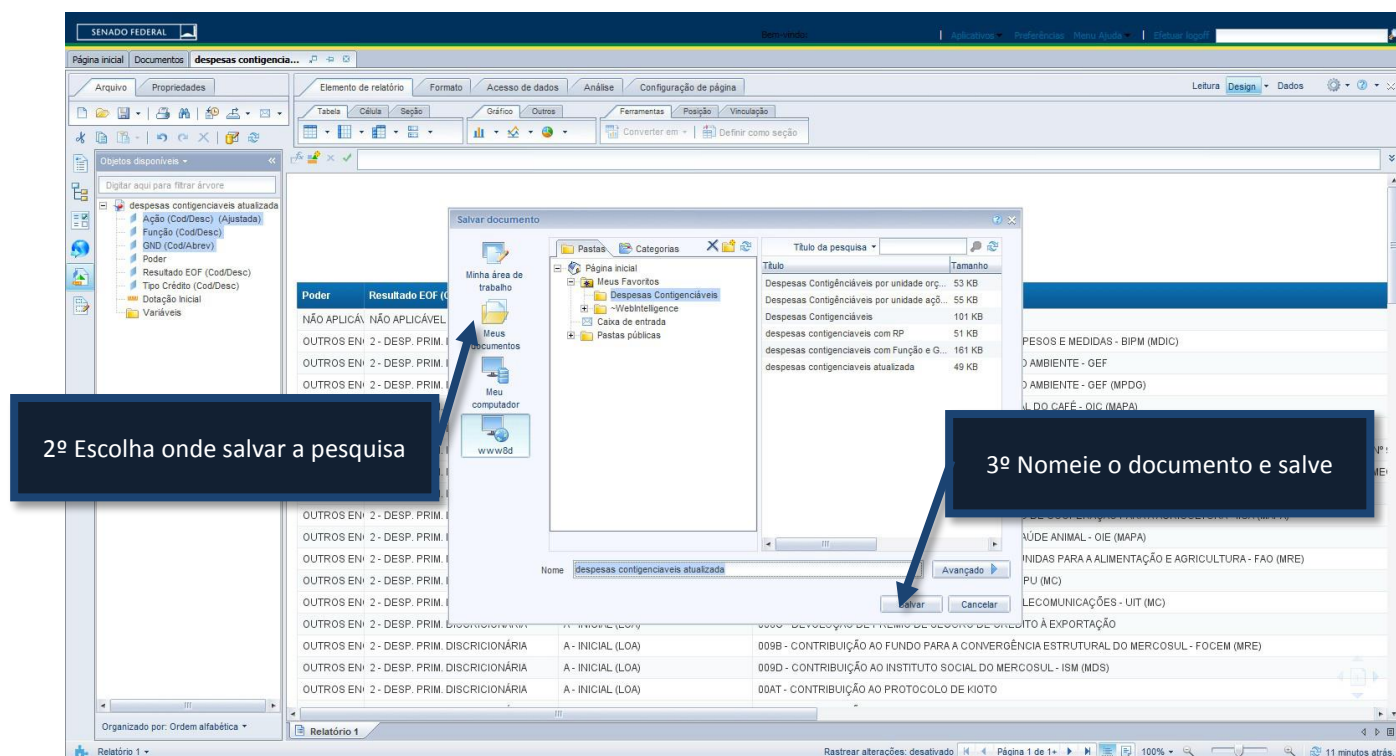
Relatório 1

Poder	Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)
NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0007 - CONTRIBUIÇÃO À AGÊNCIA INTERNACIONAL DE PESOS E MEDIDAS - BIPM (MDIC)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0011 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE - GEF	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0011 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE - GEF (MPDG)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0017 - CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ - OIC (MAPA)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0026 - COBERTURA DE DÉFICIT NAS OPERAÇÕES DE SEGURO RURAL	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0027 - COBERTURA DAS GARANTIAS PRESTADAS PELA UNIÃO NAS OPERAÇÕES DE SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO (LEI Nº 10.240/2001)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0057 - CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - OEI (MEC)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0069 - CONTRIBUIÇÃO AO CENTRO PAN-AMERICANO DE FEBRE AFTOSA - PANAFOTSA (MAPA)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0070 - CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA (MAPA)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0073 - CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL - OIE (MAPA)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0074 - CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO (MRE)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0087 - CONTRIBUIÇÃO À UNIÃO POSTAL UNIVERSAL - UPU (MC)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0089 - CONTRIBUIÇÃO À UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - UIT (MC)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0089 - DEVOLUÇÃO DE PRÊMIO DE SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	009B - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL - FOCEM (MRE)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	009D - CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL - ISM (MDS)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	00AT - CONTRIBUIÇÃO AO PROTOCOLO DE KIOTO	

Salvando a pesquisa em excel

1º Clique no disquete e depois em Salvar como

Poder	Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc) (Ajustada)
NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0007 - CONTRIBUIÇÃO À AGÊNCIA INTERNACIONAL DE PESOS E MEDIDAS - BIPM (MDIC)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0011 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE - GEF	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0011 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE - GEF (MPDG)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0017 - CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ - OIC (MAPA)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0026 - COBERTURA DE DÉFICIT NAS OPERAÇÕES DE SEGURO RURAL	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0027 - COBERTURA DAS GARANTIAS PRESTADAS PELA UNIÃO NAS OPERAÇÕES DE SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO (LEI Nº 10.240/2001)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0057 - CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - OEI (MEC)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0069 - CONTRIBUIÇÃO AO CENTRO PAN-AMERICANO DE FEBRE AFTOSA - PANAFOTSA (MAPA)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0070 - CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA (MAPA)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0073 - CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL - OIE (MAPA)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0074 - CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO (MRE)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0087 - CONTRIBUIÇÃO À UNIÃO POSTAL UNIVERSAL - UPU (MC)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0089 - CONTRIBUIÇÃO À UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - UIT (MC)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	0089 - DEVOLUÇÃO DE PRÊMIO DE SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	009B - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL - FOCEM (MRE)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	009D - CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL - ISM (MDS)	
OUTROS EN: 2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	00AT - CONTRIBUIÇÃO AO PROTOCOLO DE KIOTO	



Agrupamento das despesas por Função e GND

Após a exportação da consulta para o Excel e alguma manipulação dos dados com o objetivo de excluir a ação classificada equivocadamente, pode-se montar o quadro abaixo, que apresenta as despesas discricionárias do Poder Executivo classificadas por GND e função:

Função	Dotação Inicial R\$		Total
	Despesas Correntes	Despesas de capital	
Administração	5.798.516.458,00	639.522.973,00	6.438.039.431,00
Educação	20.164.377.479,00	5.029.731.433,00	25.194.108.912,00
Saúde	21.447.185.696,00	5.310.999.764,00	26.758.185.460,00
Segurança pública	2.092.377.863,00	1.274.743.500,00	3.367.121.363,00
Transportes	1.680.551.310,00	9.828.442.634,00	11.508.993.944,00
Outros	27.466.241.813,96	28.181.981.254,00	55.648.223.067,96
Total	78.649.250.619,96	50.265.421.558,00	128.914.672.177,96

Pesquisa 2 - Base Contingenciável

Poderes, MPU e DPU	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	129.485.021.200	99,22	1.544.407.423
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.023.021.834	0,78	12.201.894
Câmara dos Deputados	24.517.070	0,02	292.423
Senado Federal	1.200.240	0,00	14.316
Tribunal de Contas da União	80.600	0,00	961
Supremo Tribunal Federal	447.775	0,00	5.341
Superior Tribunal de Justiça	27.015.000	0,02	322.216
Justiça Federal	185.804.411	0,14	2.216.146
Justiça Militar da União	4.242.940	0,00	50.607
Justiça Eleitoral	194.250.431	0,15	2.316.884
Justiça do Trabalho	470.774.260	0,36	5.615.068
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	17.158.874	0,01	204.659
Conselho Nacional de Justiça	44.150.443	0,03	526.596
Defensoria Pública da União	0	0,00	0
Ministério Público da União	53.379.790	0,04	636.677
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0,00	0
Total	130.508.043.034	100,0	1.556.609.317

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

É possível verificar que a base contingenciável de 2018 é obtida pela soma das despesas discricionárias do Poder Executivo com o total de despesas discricionárias dos demais poderes, excluídas as atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União (R\$ 1.023.021.834).

Tendo em vista que na pesquisa anterior foi demonstrado o total de despesas discricionárias do Poder Executivo (página 26), resta encontrar o total de despesas dos demais poderes para se alcançar a total da base contingenciável (R\$ 130.508.043.034).

Parâmetros a escolher

Dimensões

Poder – agrupamento das despesas por tipo de poder.

- **Filtro (incluir):** Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário e Poder Legislativo.

Resultado EOF (Cod/Desc) – agrupamento das despesas primárias em obrigatórias e discricionárias.

- **Filtro (incluir):** 2 – Desp. Prim. Discricionária, 3 – Desp. Prim. Disc. (PAC), 4 – Orçamento de Investimento sem Impacto Fiscal, 6 – Desp. Prim. Disc. (Emendas Individuais), 7 – Desp. Discric. Decor. de Emenda de Bancada, Não Aplicado – Não Aplicado e Não Informado – Não Informado.

Ação – desdobramento de Programa na classificação programática da despesa.

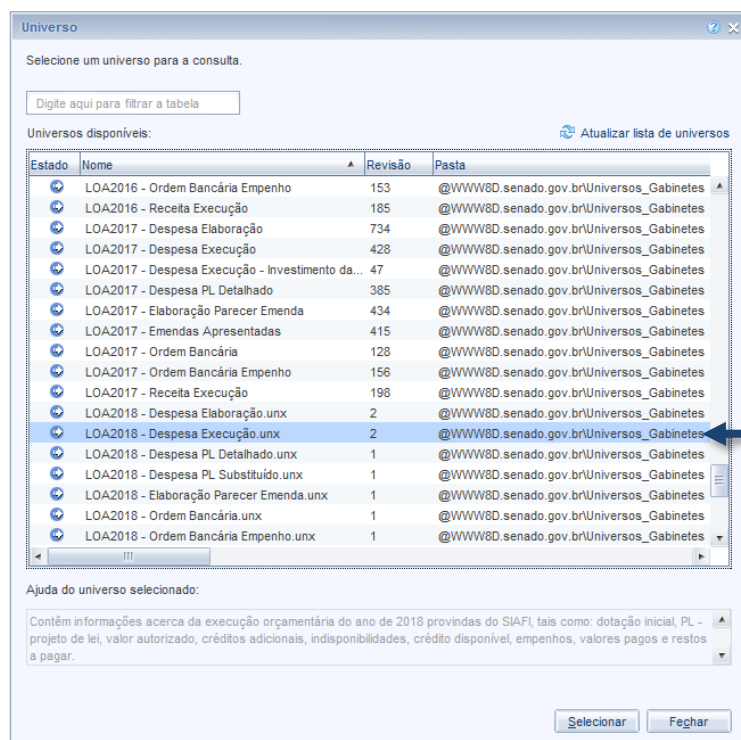
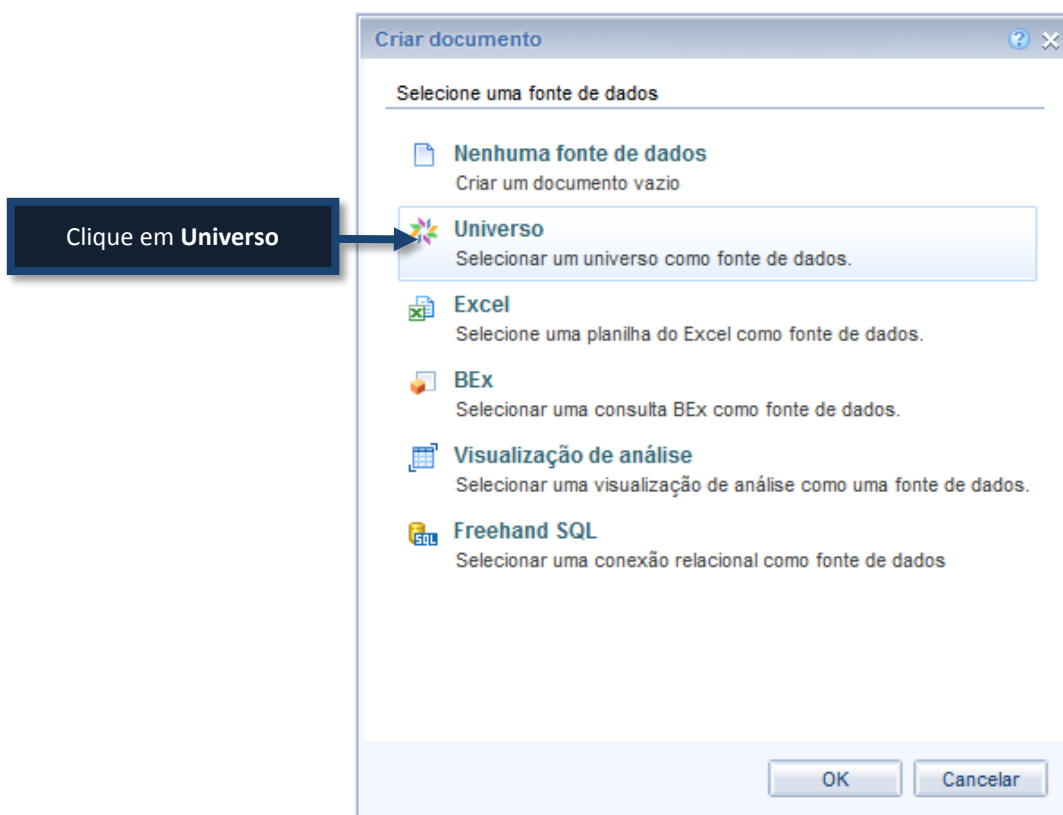
- **Não é necessário filtro.** Usa-se essa dimensão apenas para que a despesa seja listada por ação na pesquisa.

Valor

Dotação Inicial – valor previsto no Orçamento.

Iniciando a Pesquisa com dados da LOA 2018





Escolhendo as dimensões e os valores

1º Clique em Órgãos e Unidades Orçamentárias

2º Clique em Funcional e Programática e depois em Ação (Cod/Desc)

3º Clique em Resultado Primário SIAFI

4º Clique em Valores Execução Orçamentária

Objetos de resultado

Para incluir dados no relatório, selecione objetos na guia Dados e arraste-os para cá. Clique em Executar Consulta para devolver os dados ao relatório.

Para filtrar e ordenar os dados, em seguida, use o Editor de Filtros para definir filtros personalizados.

Visualizar

Atualizar

Consulta 1

Data de última atualização: (Este documento nunca foi atualizado.)

5º Seleccione a dimensão Poder

6º Seleccione a dimensão Ação (Cod/Desc) (Ajustada)

7º Seleccione a dimensão Resultado EOF (Cod/Desc)

8º Seleccione o valor Dotação Inicial

Objetos de resultado

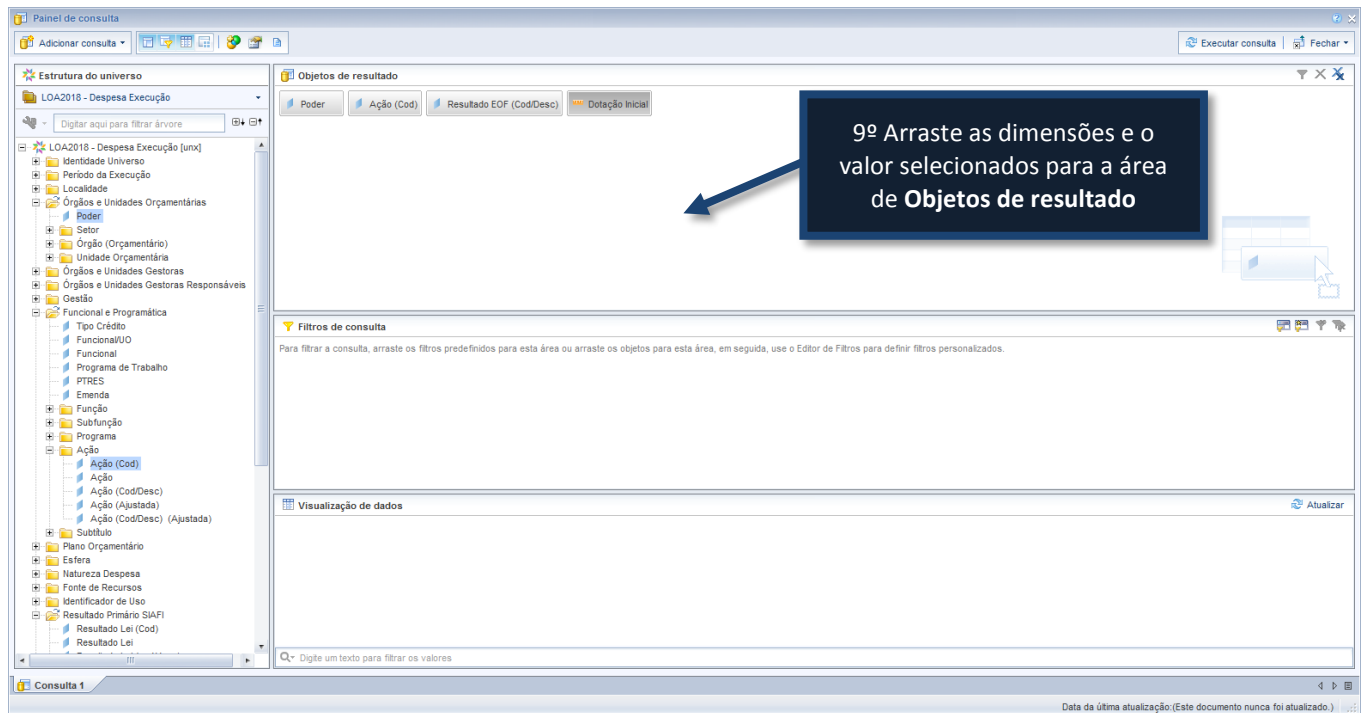
Para incluir dados no relatório, selecione objetos na guia Dados e arraste-os para cá. Clique em Executar Consulta para devolver os dados ao relatório.

Para filtrar e ordenar os dados, em seguida, use o Editor de Filtros para definir filtros personalizados.

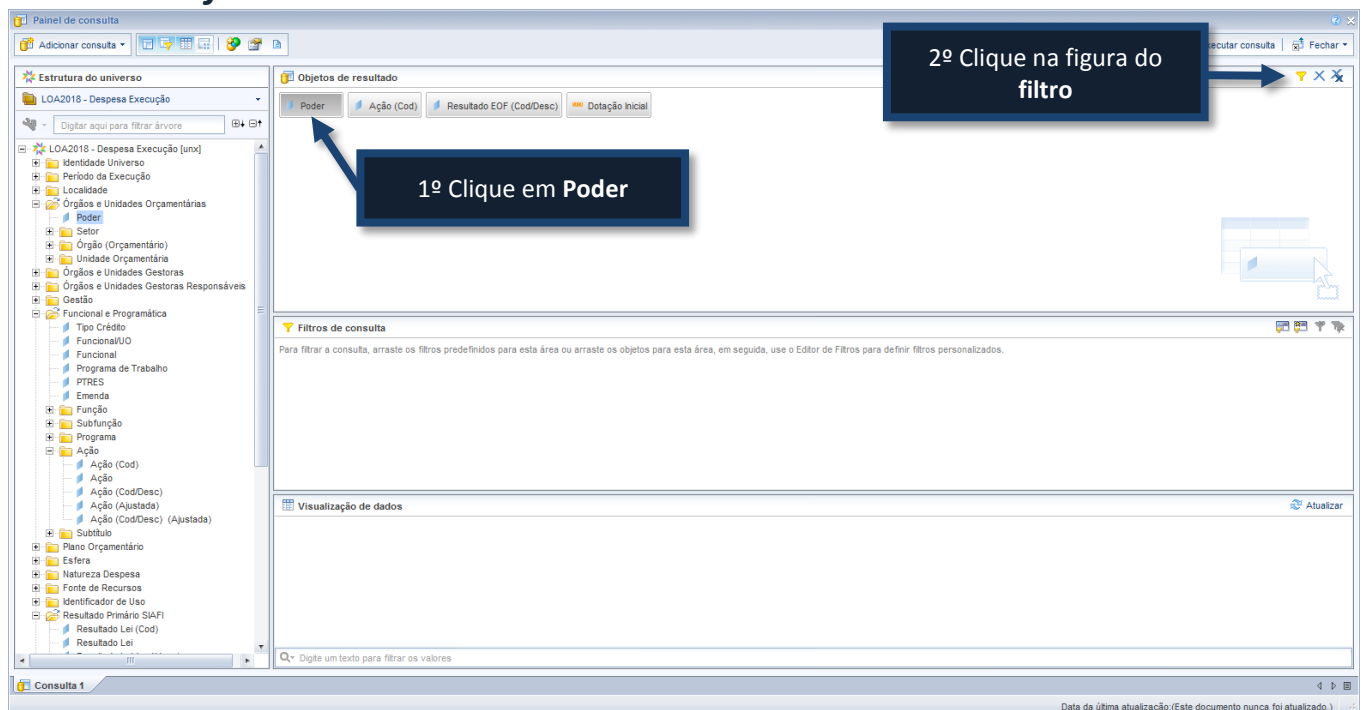
Visualizar

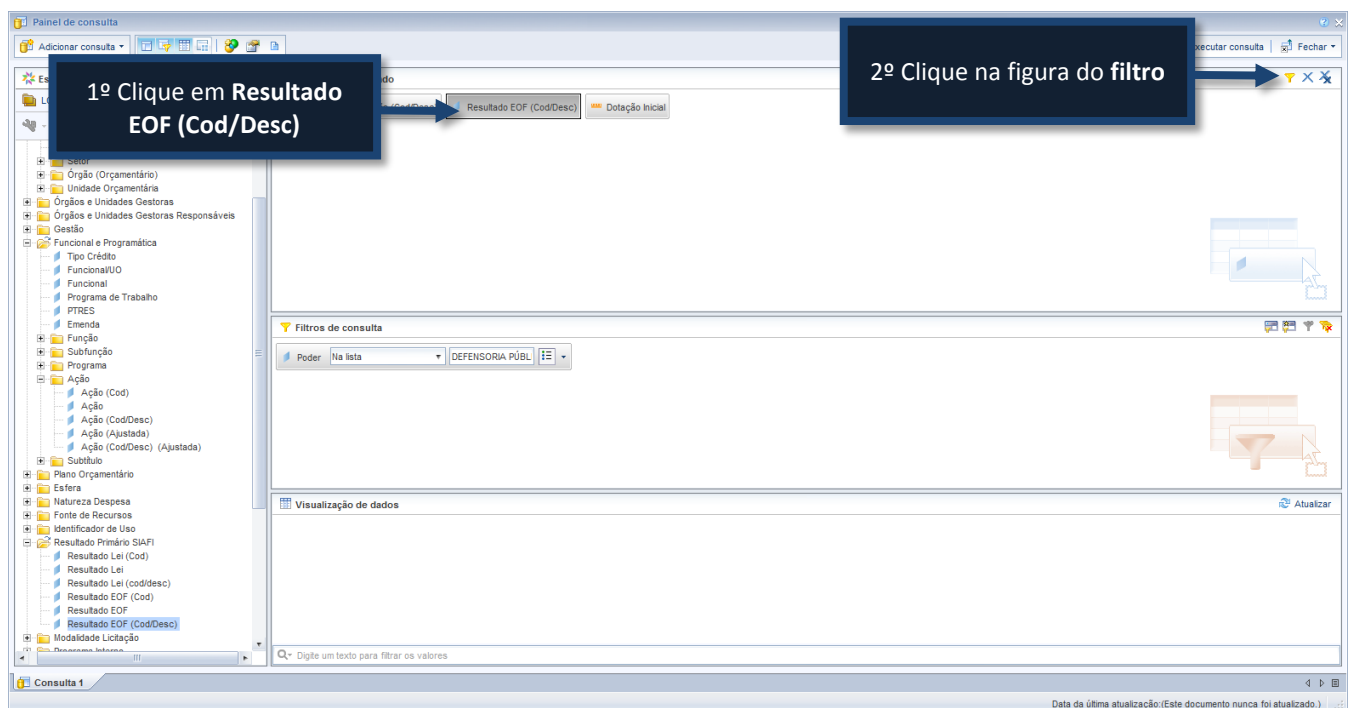
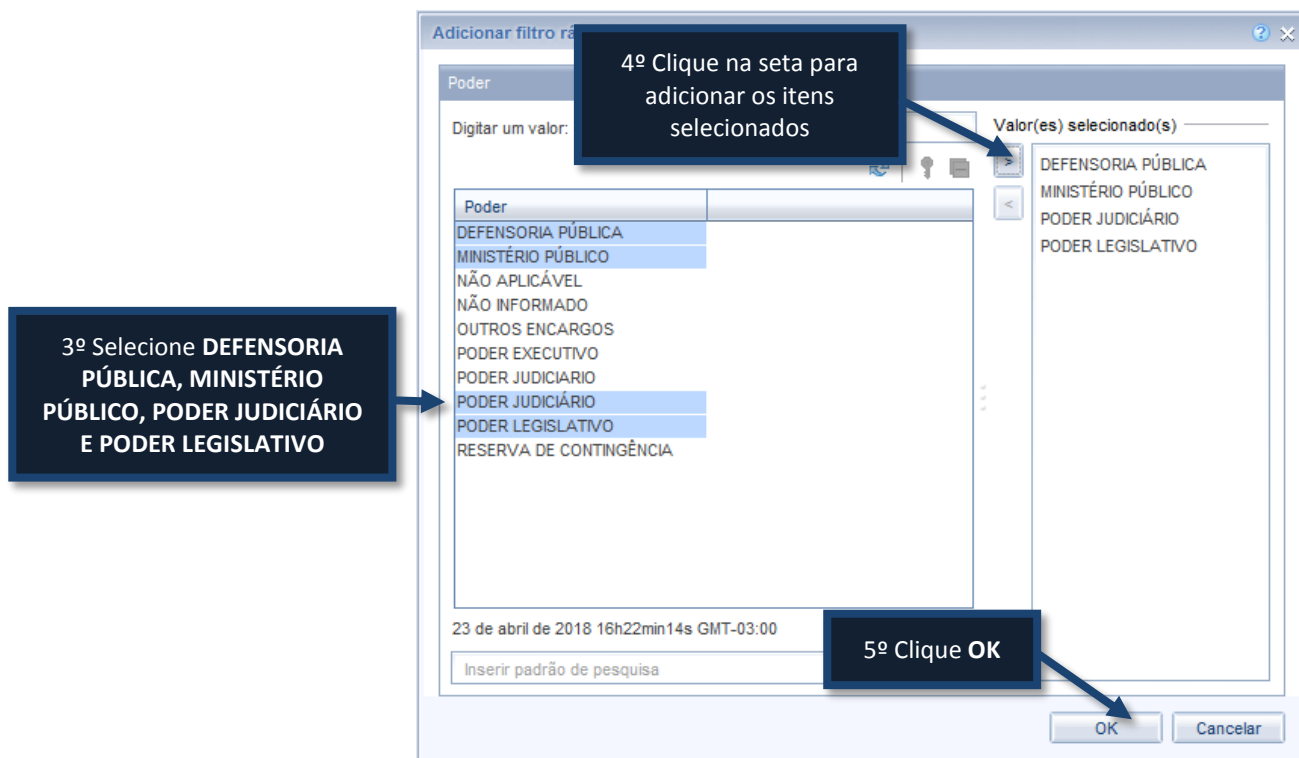
Atualizar

Consulta 1

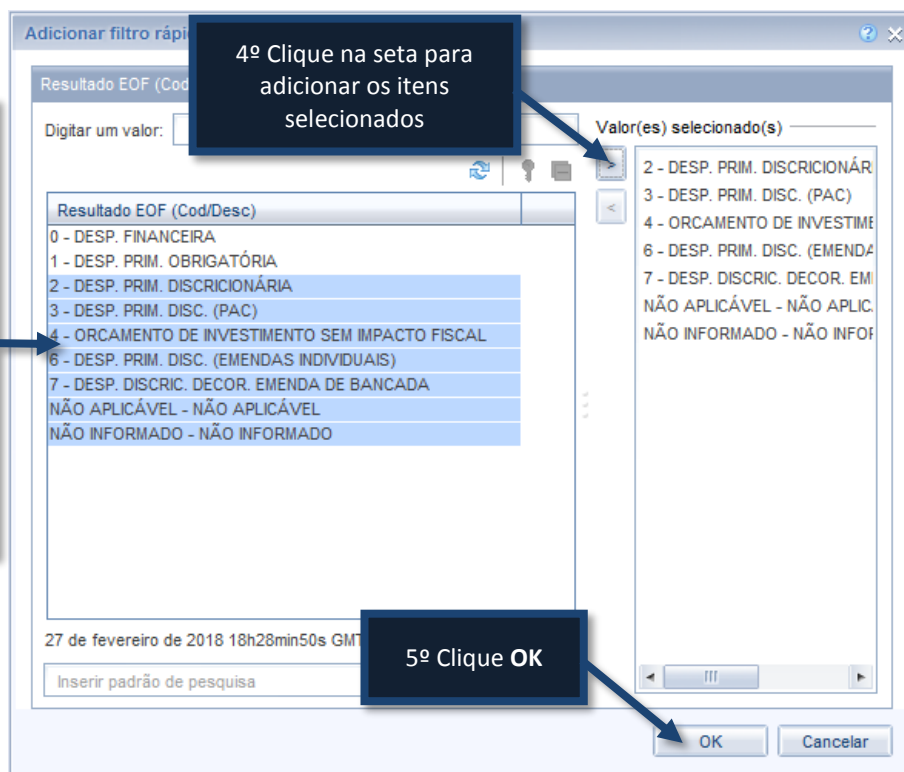


Elaborando filtros

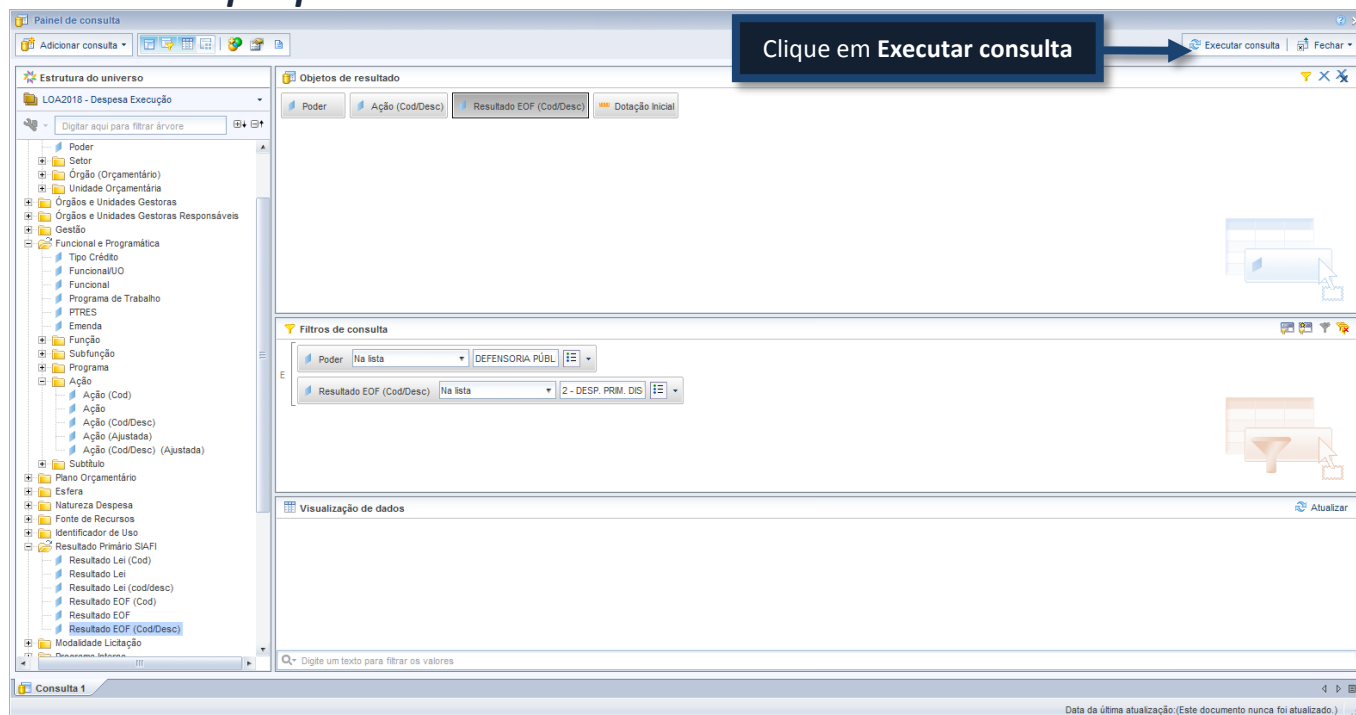




3º Selecione 2 – DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA, 3 – DESP. PRIM. DISC. (PAC), 4 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO SEM IMPACTO FISCAL, 6 – DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS), 7 – DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA, NÃO APLICÁVEL – NÃO APLICÁVEL E NÃO INFORMADO – NÃO INFORMADO



Realizando a pesquisa



Pesquisa realizada

Relatório 1

Poder	Ação (Cod/Desc)	Resultado EC	Dotação Inicial
DEFENSORIA	216H - AJUD. 2 - DESP. PR		150.000,00
DEFENSORIA	2725 - PRES. 6 - DESP. PR		0,00
MINISTÉRIO	10TY - CONS. 2 - DESP. PR		0,00
MINISTÉRIO	110E - CONS. 2 - DESP. PR	#####	
MINISTÉRIO	114S - REFO. 2 - DESP. PR		0,00
MINISTÉRIO	11EQ - CONE. 2 - DESP. PR		100.000,00
MINISTÉRIO	11SD - CONE. 2 - DESP. PR	#####	
MINISTÉRIO	1203 - CONS. 2 - DESP. PR	#####	
MINISTÉRIO	12A0 - CONS. 2 - DESP. PR		0,00
MINISTÉRIO	12DN - CONE. 2 - DESP. PR		500.000,00
MINISTÉRIO	139B - CONS. 2 - DESP. PR		0,00
MINISTÉRIO	139G - AQUIS. 2 - DESP. PR		0,00
MINISTÉRIO	13A2 - CONS. 2 - DESP. PR		700.000,00
MINISTÉRIO	13A2 - CONS. 6 - DESP. PR		0,00
MINISTÉRIO	13BX - CONS. 2 - DESP. PR	#####	
MINISTÉRIO	13BZ - CONS. 6 - DESP. PR		0,00
MINISTÉRIO	13C1 - CONE. 2 - DESP. PR		500.000,00
MINISTÉRIO	13C9 - AMPLI. 2 - DESP. PR		0,00
MINISTÉRIO	13CA - CONS. 2 - DESP. PR	#####	
MINISTÉRIO	13CB - CONE. 2 - DESP. PR	#####	

A pesquisa realizada contém o total de despesas discricionárias dos demais poderes (excluindo o Executivo). Para se alcançar a base contingenciável das despesas desses poderes, sugere-se os seguintes passos:

- 1 – Salvar a pesquisa realizada em Excel e abrir a planilha.
- 2 – Com a planilha aberta, excluir as linhas das ações que contenham os algarismos 2, 4, 6 e 8 como 1º dígito (ex: 2003 - ações de informática), pois, de acordo com o MTO 2018, estas ações representam atividades e, conforme a referida LDO 2018, devem ser excluídas da base contingenciável.
- 3 – Realize o somatório de todos os valores após a exclusão das atividades e o total de dotação inicial da base contingenciável é alcançado: R\$ 1.023.021.834,00.

Pesquisa 3 – Emendas parlamentares

Parâmetros a escolher

Dimensões

Poder – agrupamento das despesas por tipo de poder. Essa dimensão será inserida na pesquisa para discriminar as emendas por poder.

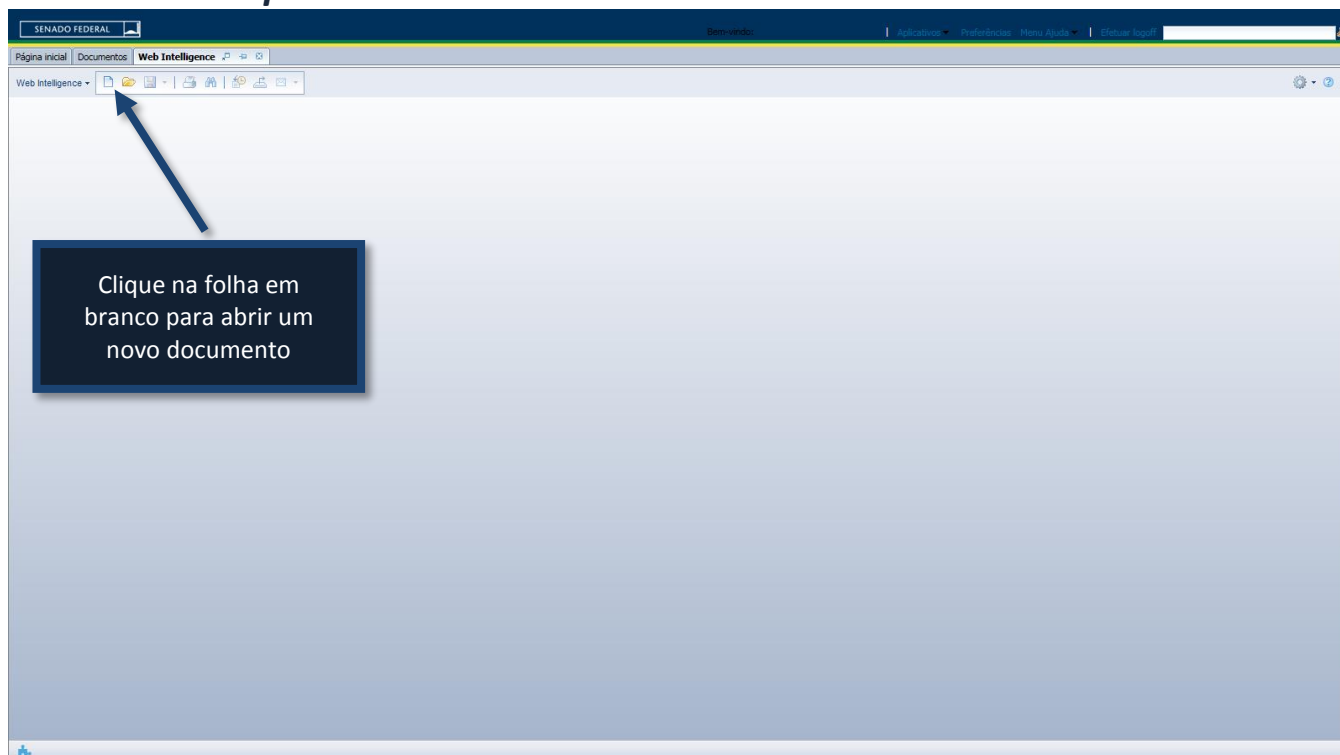
Resultado EOF (Cod/Desc) – agrupamento das despesas primárias em obrigatórias e discricionárias.

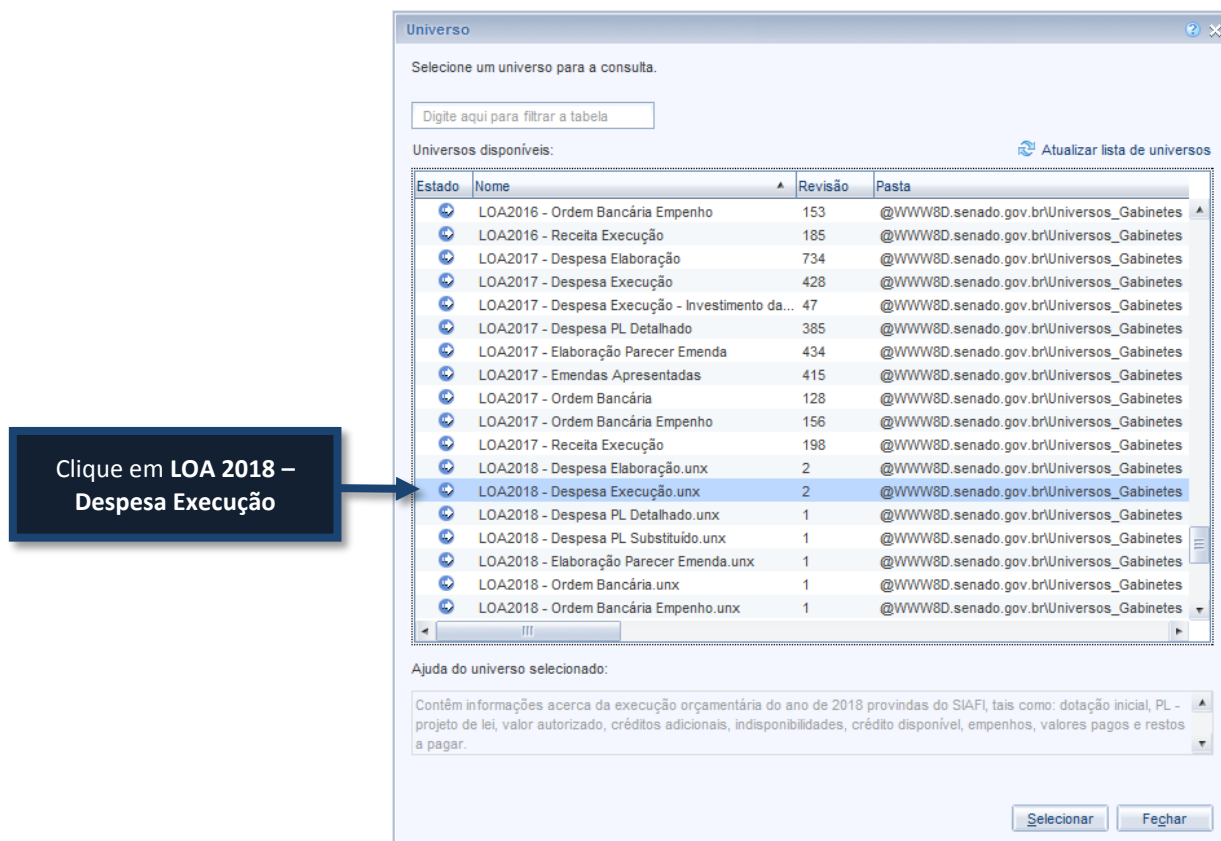
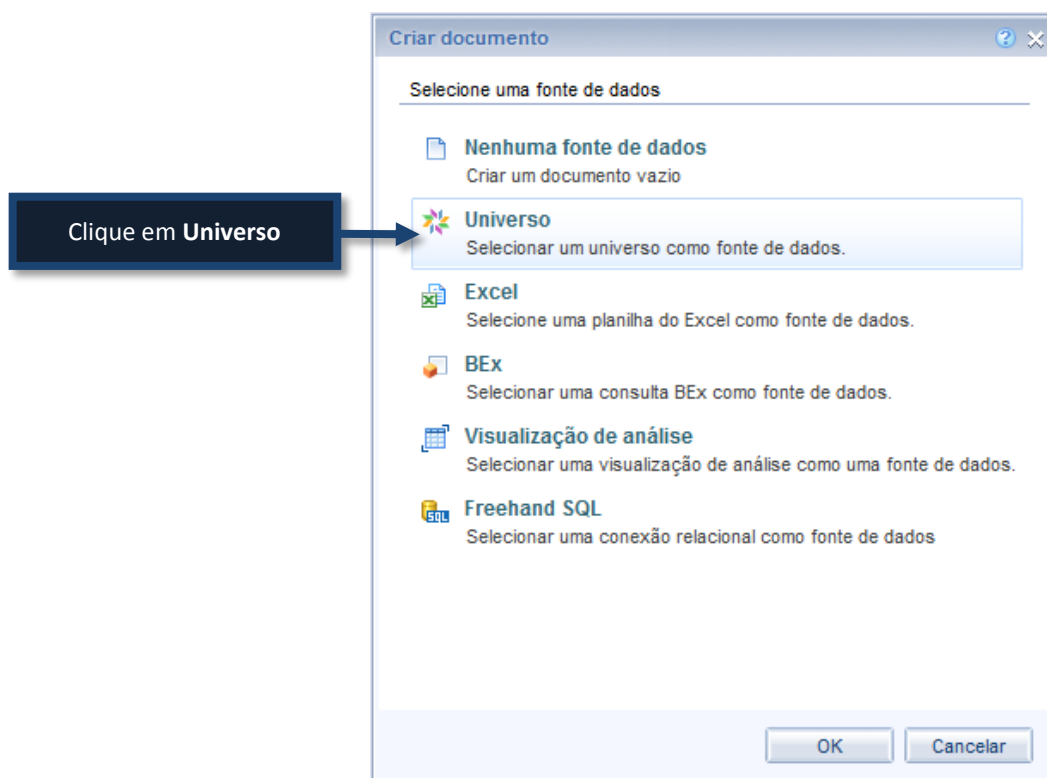
- **Filtro (incluir):** 6 - Desp. Prim. Disc. (Emendas Individuais) e 7 - Desp. Discric. Decor. Emenda de bancada.

Valor

Dotação Inicial – Valor previsto no Orçamento.

Iniciando a Pesquisa com dados da LOA 2018





Escolhendo as dimensões e os valores

1º Clique em Órgãos e Unidades Orçamentárias

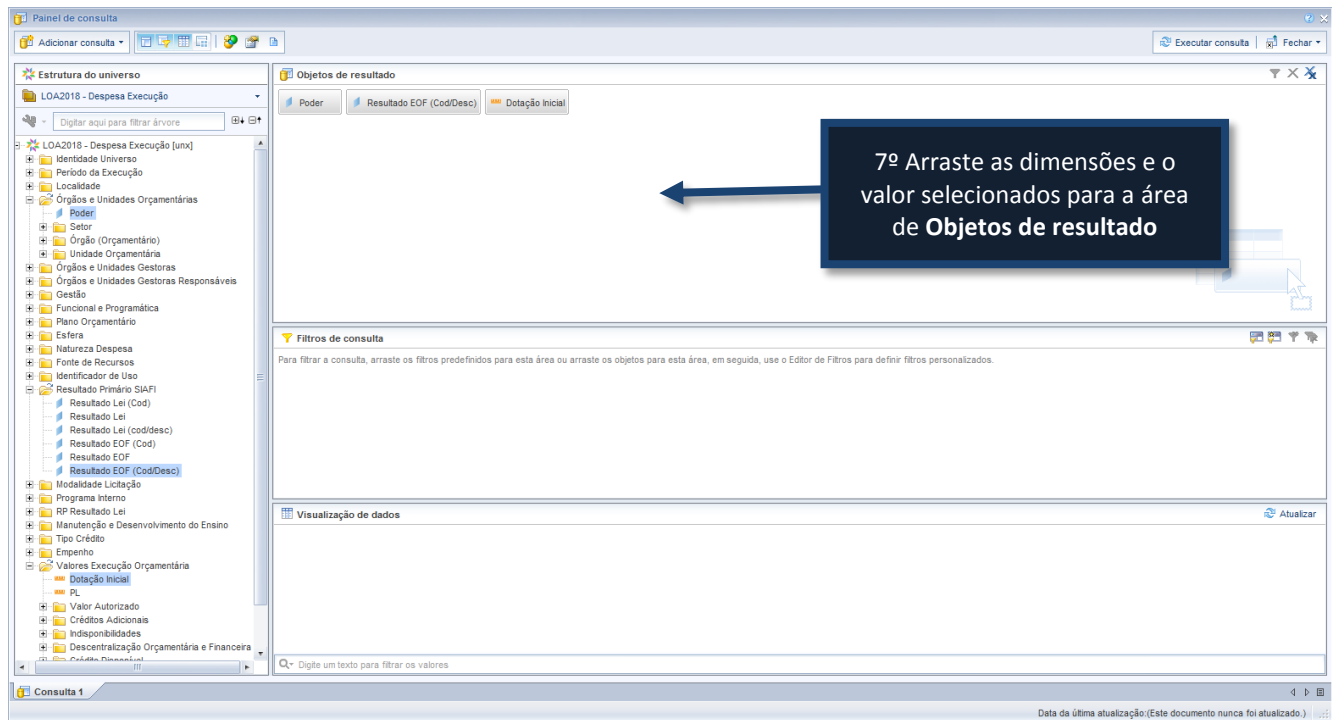
2º Clique em Resultado Primário SIAFI

3º Clique em Valores Execução Orçamentária

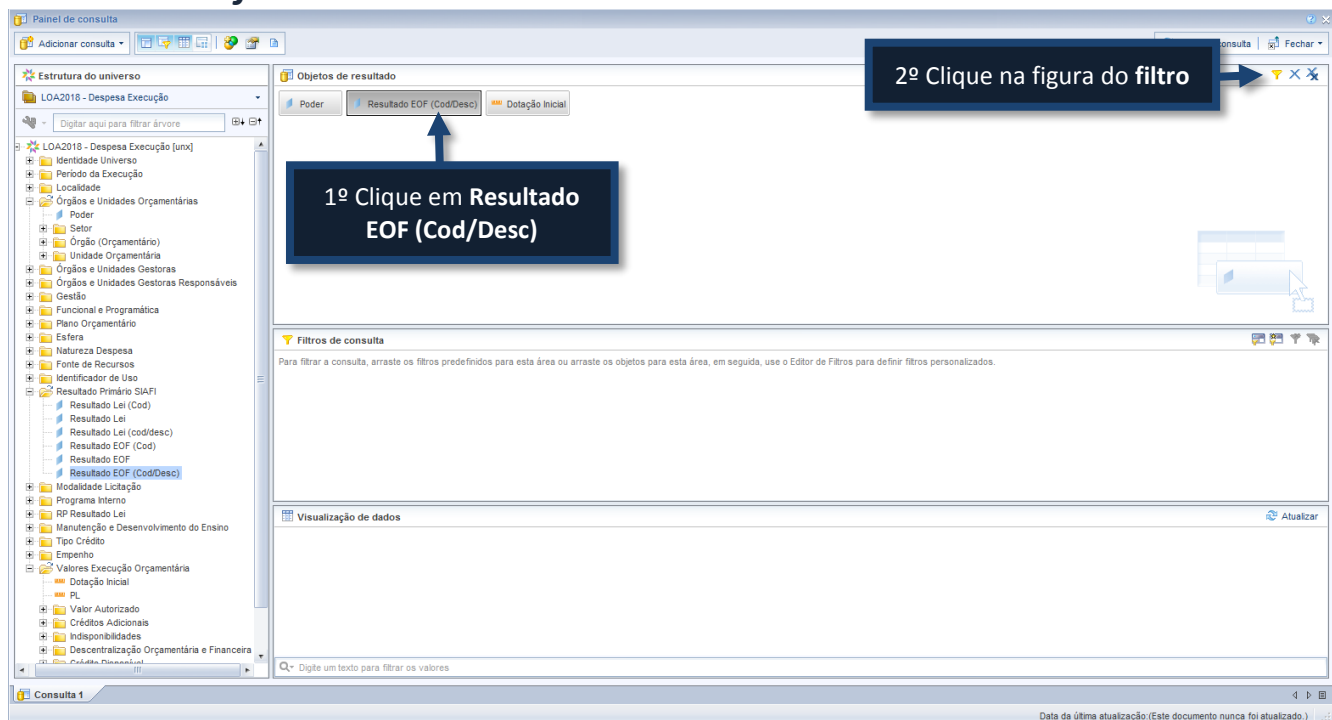
4º Seleccione a Dimensão Poder

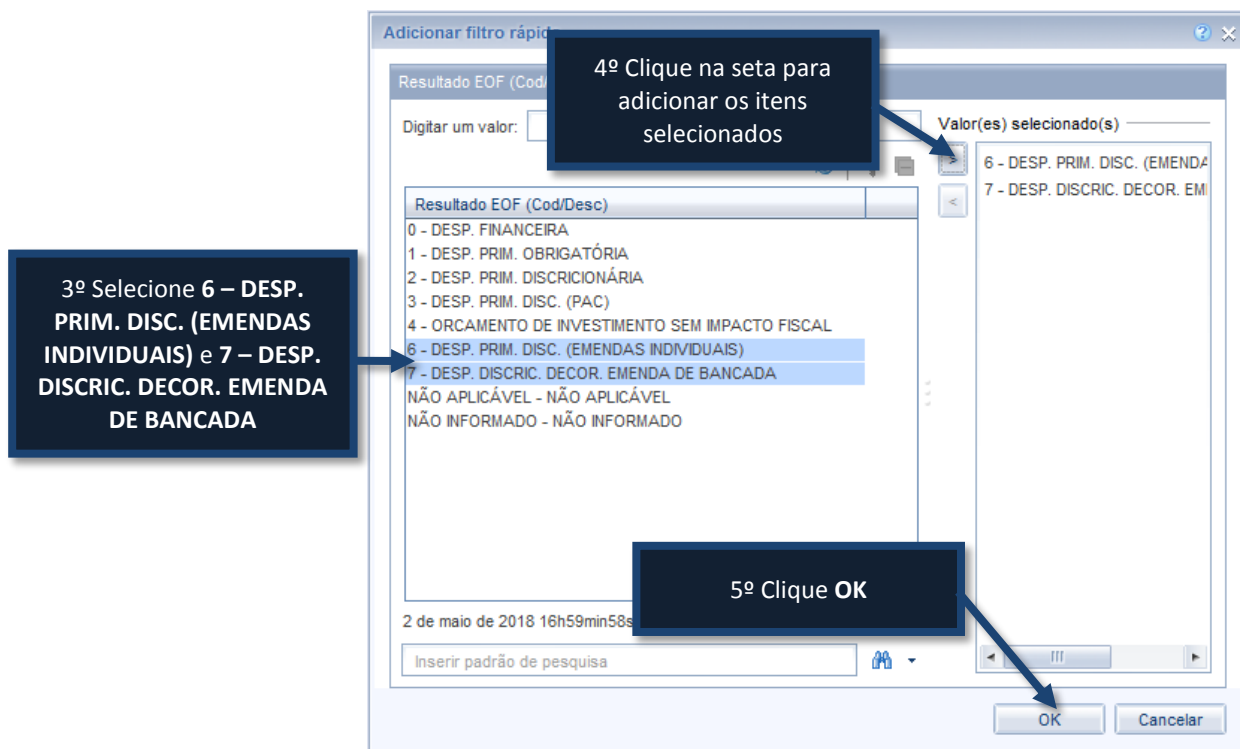
5º Seleccione a Dimensão Resultado EOF (Cod/Desc)

6º Seleccione o valor Dotação Inicial

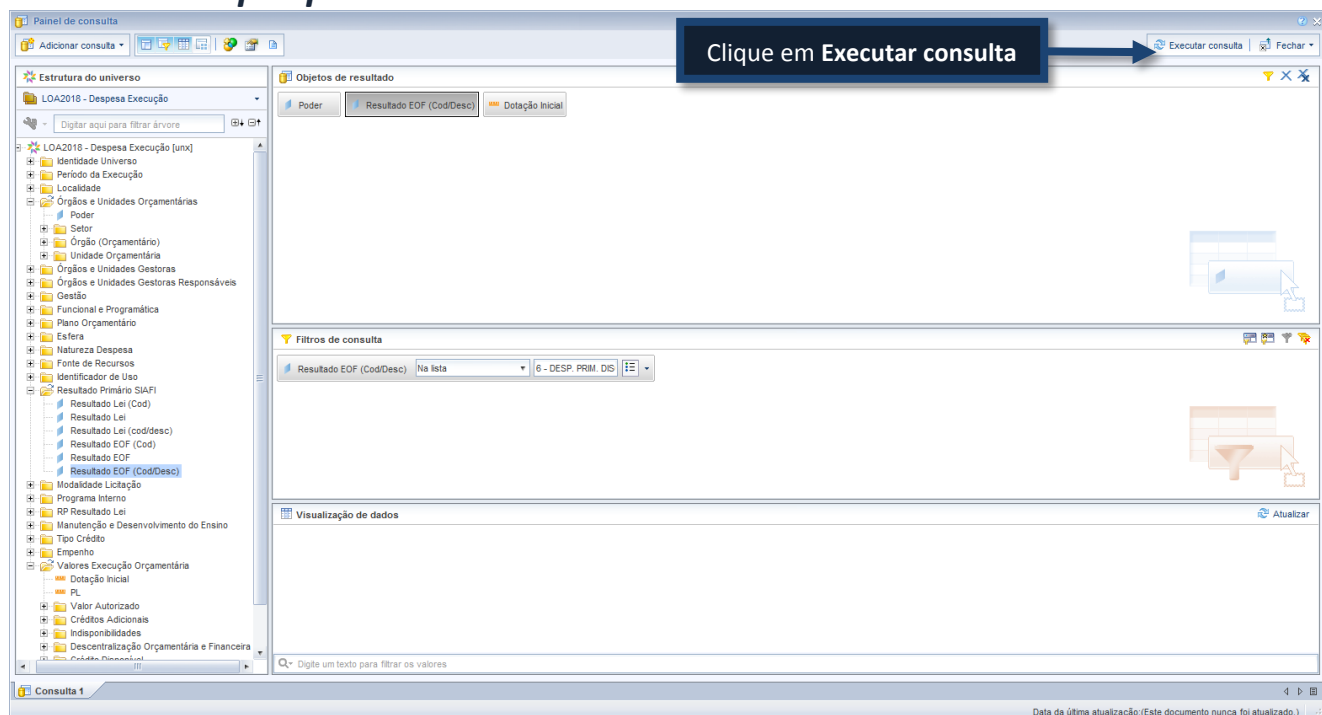


Elaborando o filtro





Executando a pesquisa



Pesquisa executada

The screenshot shows the PRISMA Fiscal software interface. The main window displays a report titled "Relatório 1" with the following data:

Poder	Resultado EOF (Cod/Desc)	Dotação Inicial
DEFENSORIA PÚBLICA	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	0,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	0,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	8.768.759.275,00
PODER EXECUTIVO	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	3.071.155.338,00
PODER JUDICIÁRIO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	5.170.000,00
Soma:		11.845.084.613,00

Checagem dos resultados

Os resultados batem exatamente com os valores divulgados pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre, conforme tabelas abaixo:

Emendas Individuais

R\$ 1,00

Poderes	LOA (A)	Execução Obrigatória (B)
Legislativo	0	0
Judiciário	5.170.000	5.170.472
MPU	0	0
DPU	0	0
Executivo	8.768.759.275	8.769.559.069
TOTAL	8.773.929.275	8.774.729.541

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

Emendas de Bancada

R\$ 1,00

Poderes	Emendas de Bancada Impositivas 2017 (A)	Execução Obrigatória 2018 (B) = (A) * 3%	LOA-2018 (C)
Executivo	4.259.577.447	4.387.364.770	3.071.155.338

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

Pesquisa 4 – Mínimos Constitucionais

Parâmetros a escolher

Para saber o total de despesas discricionárias que contribuem para cumprimento das aplicações mínimas constitucionais em saúde e educação, basta alterar a Pesquisa 1 (que contém o total de despesas discricionárias do executivo), inserindo a dimensão e o filtro correspondentes, conforme descrito abaixo e demonstrado a seguir:

Dimensões

Identificador de Uso – indica se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações, ou se são destinados a outras aplicações.

- **Filtro (incluir):** 6 - REC. NÃO DESTIN. A CONTRAPARTIDA, PARA IDENTIF. A APLIC. MÍNIMA AÇÕES SAÚDE e 8 – REC. NÃO DESTIN. A CONTRAPARTIDA, PARA IDENTIF. DAS DESPESAS COM M.D.E..

Editando pesquisa 1

Clique em Editar

Poder	Crédito (Cod/Desc)	RP Resultado Lei (Cod/Desc)	Dotação Inicial
NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	0,00
OUTROS ENCARGOS	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	2 - RP PRIMARIO DISCRICIONARIO	0,00
OUTROS ENCARGOS	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	9 - NAO E RP	6.499.364.278,00
OUTROS ENCARGOS	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	3 - RP PRIMARIO SEM IMPACTO FISCAL	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	1 - RP PRIMARIO OBRIGATORIO	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	2 - RP PRIMARIO DISCRICIONARIO	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	3 - RP PRIMARIO SEM IMPACTO FISCAL	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	6 - RP DESPESA DISCRICIONARIA E DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	9 - NAO E RP	85.567.396.425,05
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	2 - RP PRIMARIO DISCRICIONARIO	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	9 - NAO E RP	0,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	2 - RP PRIMARIO DISCRICIONARIO	0,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	3 - RP PRIMARIO SEM IMPACTO FISCAL	0,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	9 - NAO E RP	25.578.345.881,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	2 - RP PRIMARIO DISCRICIONARIO	0,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	3 - RP PRIMARIO SEM IMPACTO FISCAL	0,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	6 - RP DESPESA DISCRICIONARIA E DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	0,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	9 - NAO E RP	8.768.759.275,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	6 - RP DESPESA DISCRICIONARIA E DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	0,00
PODER EXECUTIVO	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	0,00
PODER EXECUTIVO	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	9 - NAO E RP	3.071.155.338,00

Inserindo a dimensão

Painel de consulta

Adicionar consulta | Executar consulta | Fechar

Estrutura do universo

LOA2018 - Despesa Execução

Identificador de Uso

Objetos de resultado

Poder | Resultado EOF (Cod/Desc) | Tipo Crédito (Cod/Desc) | Dotação Inicial

Filtros de consulta

Poder: Na lista | NÃO APLICÁVEL,N

Resultado EOF (Cod/Desc): Na lista | 2 - DESP. PRIM. DIS

Tipo Crédito (Cod/Desc): G - EXTRAORDINARI

Visualização de dados

Atualizar

Consulta 1

Data da última atualização: 7 de novembro de 2018 17h16min12s GMT-02:00

Painel de consulta

Adicionar consulta | Executar consulta | Fechar

Estrutura do universo

LOA2018 - Despesa Execução

Identificador de Uso

ID Uso (Cod/Desc)

Objetos de resultado

Poder | Resultado EOF (Cod/Desc) | Tipo Crédito (Cod/Desc) | Dotação Inicial

Filtros de consulta

Poder: Na lista | NÃO APLICÁVEL,N

Resultado EOF (Cod/Desc): Na lista | 2 - DESP. PRIM. DIS

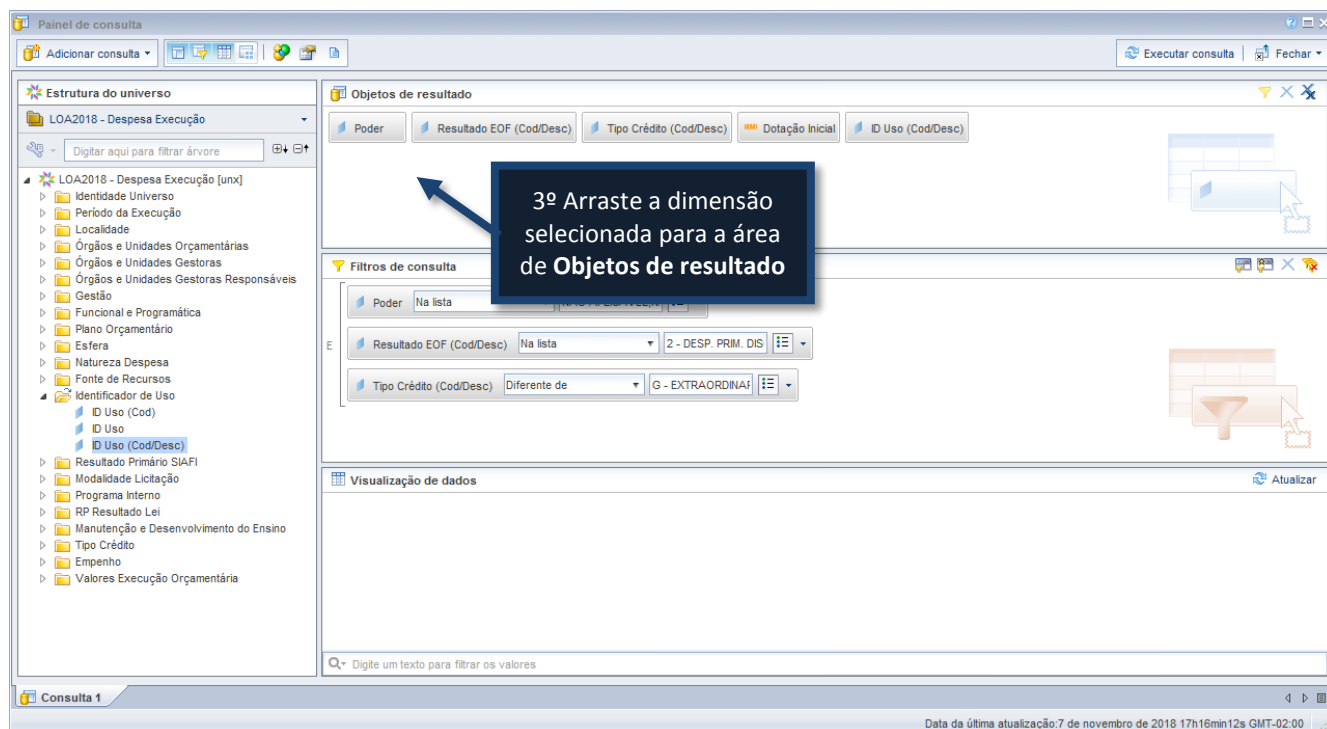
Tipo Crédito (Cod/Desc): Diferente de | G - EXTRAORDINARI

Visualização de dados

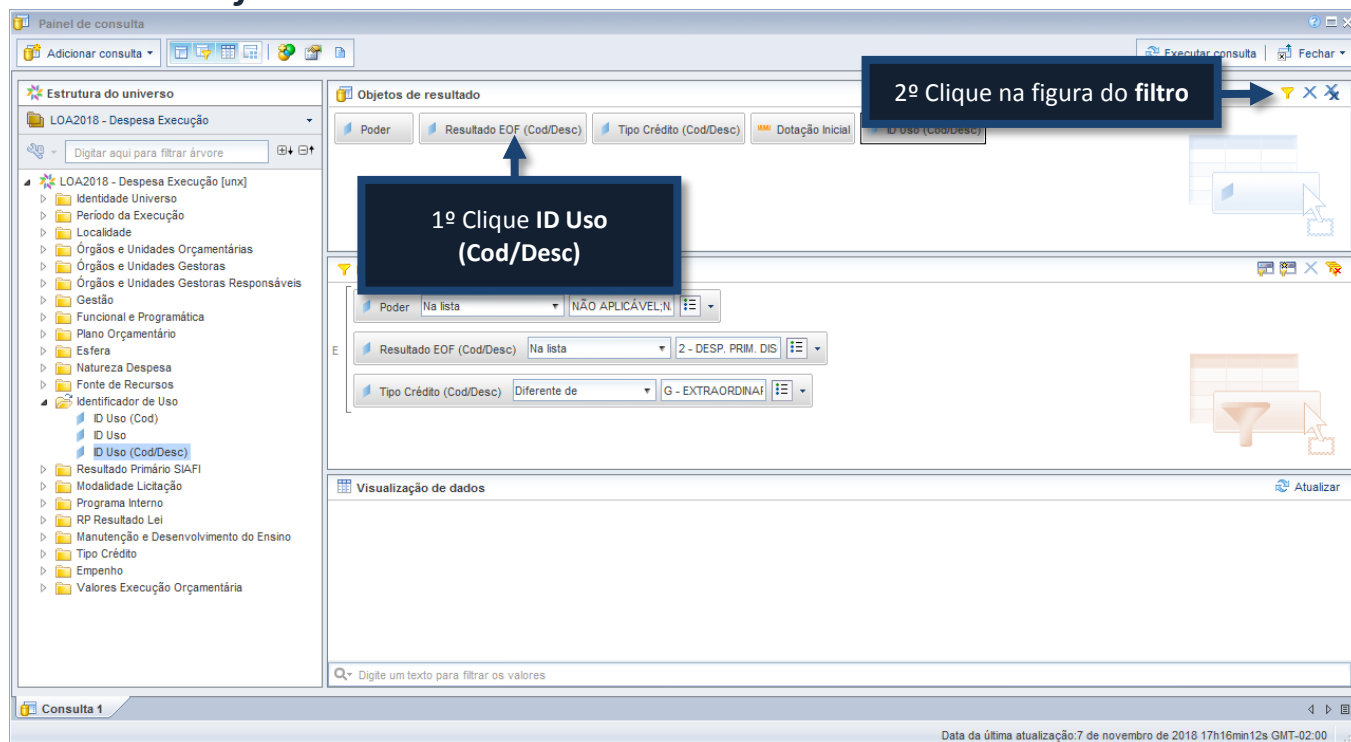
Atualizar

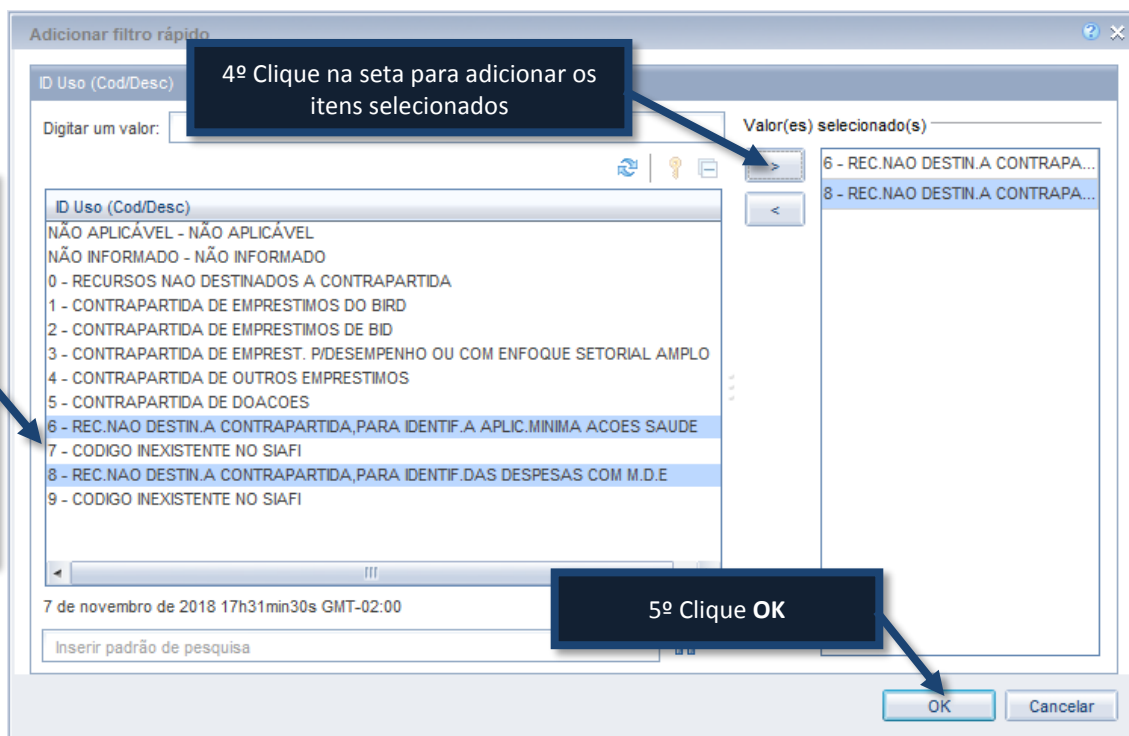
Consulta 1

Data da última atualização: 7 de novembro de 2018 17h16min12s GMT-02:00

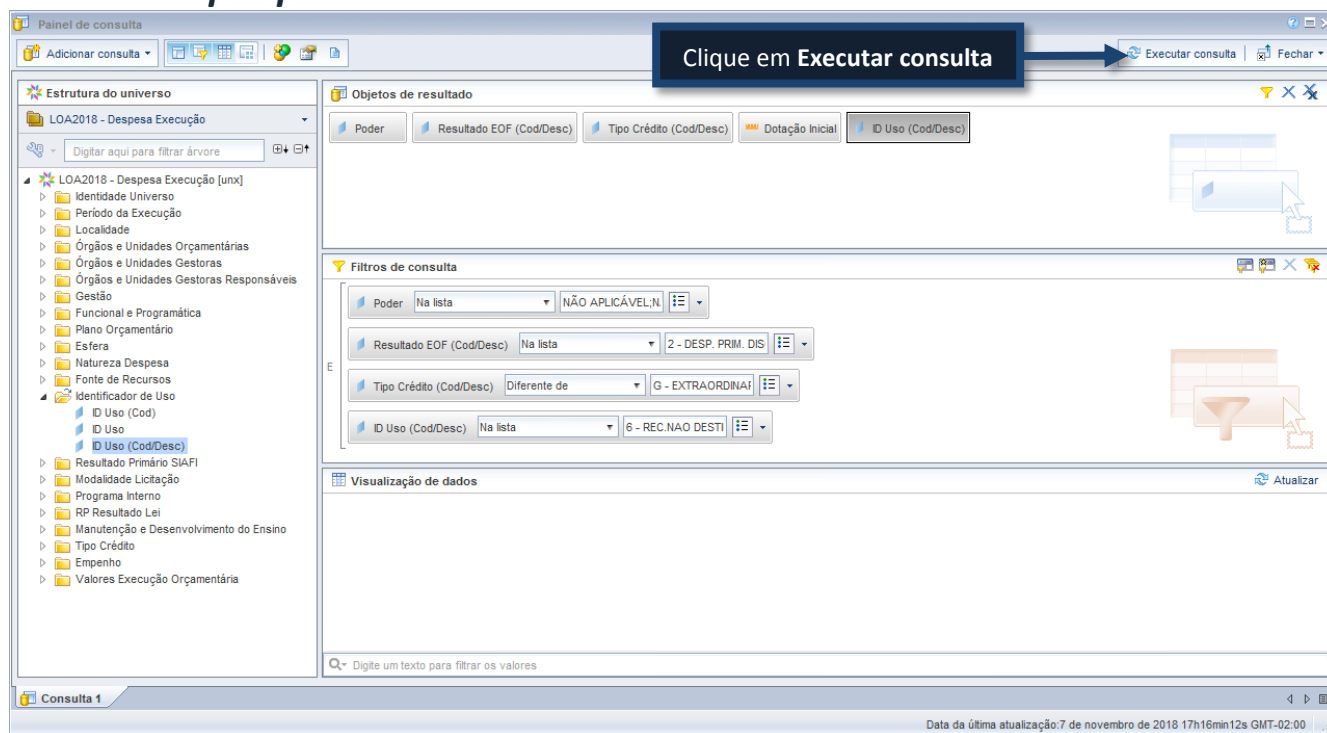


Elaborando o filtro





Executando pesquisa



Pesquisa executada

The screenshot shows the PRISMA Fiscal interface. The top menu bar includes 'SENADO FEDERAL', 'Arquivo', 'Propriedades', 'Elemento de relatório', 'Formato', 'Acesso de dados', 'Análise', 'Configuração de página', 'Leitura', 'Design', and 'Dados'. The left sidebar shows a tree view of objects: 'Novo documento', 'ID Uso (Cod/Desc)', 'Poder', 'Resultado EOF (Cod/Desc)', 'Tipo Crédito (Cod/Desc)', 'Dotação Inicial', 'Variáveis', and 'Referência'. The main area displays a report titled 'Relatório 1' with the following table:

Poder	Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	Dotação Inicial
NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	40.151.931.293,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	271.377.000,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	A - INICIAL (LOA)	5.164.811.586,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	A - INICIAL (LOA)	1.130.234.821,00
		Soma:	46.718.354.700,00

Inserindo Identificador de Uso na pesquisa

The screenshot shows the same PRISMA Fiscal interface as the previous one, but with an annotation. A blue box with the text '1ª Clique em ID USO (Cod/Desc)' has an arrow pointing to the 'ID Uso (Cod/Desc)' object in the left sidebar. The table in the main area is identical to the one in the previous screenshot.

SENADO FEDERAL

Página inicial Documentos Novo documento

Arquivo Propriedades

Elemento de relatório Formato Acesso de dados Análise Configuração de página

Filtros Rastreamento de dados Exibir Condicional Interagir Funções

Filtro Classificação Controles de entrada Agrupar Quebra Organização

Objetos disponíveis

Novo documento

- ID Uso (Cod/Desc)
- Poder
- Resultado EOF (Cod/Desc)
- Tipo Crédito (Cod/Desc)
- Dotação Inicial
- Variáveis
- Referência

Relatório 1

2ª Arraste a dimensão selecionada até a linha entre Tipo Crédito (Cod/Desc) e Dotação Inicial

Poder	Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	Dotação Inicial
NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	0,00
PODER EXECUTIVO	2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	40.151.931.293,00
PODER EXECUTIVO	3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	271.377.000,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	A - INICIAL (LOA)	5.164.811.586,00
PODER EXECUTIVO	6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	C - ESPECIAL	0,00
PODER EXECUTIVO	7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	A - INICIAL (LOA)	1.130.234.821,00
		Soma:	46.718.354.700,00

Organizado por: Ordem alfabética

Relatório 1

Rastrear alterações: desativado

Página 1 de 1

100%

3 minutos atrás.

Identificador de Uso exibido na pesquisa

SENADO FEDERAL

Página inicial Documentos Novo documento

Arquivo Propriedades

Elemento de relatório Formato Acesso de dados Análise Configuração de página

Filtros Rastreamento de dados Exibir Condicional Interagir Funções

Filtro Classificação Controles de entrada Agrupar Quebra Organização

Objetos disponíveis

Novo documento

- ID Uso (Cod/Desc)
- Poder
- Resultado EOF (Cod/Desc)
- Tipo Crédito (Cod/Desc)
- Dotação Inicial
- Variáveis
- Referência

Relatório 1

Resultado EOF (Cod/Desc)

Resultado EOF (Cod/Desc)	Tipo Crédito (Cod/Desc)	ID Uso (Cod/Desc)
NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	6 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.A APLIC.MINIMA ACOES SAUDE
NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL - NÃO APLICÁVEL	8 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.DAS DESPESAS COM M.D.E
2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	6 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.DAS DESPESAS COM M.D.E
2 - DESP. PRIM. DISCRICIONÁRIA	A - INICIAL (LOA)	8 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.DAS DESPESAS COM M.D.E
3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	6 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.A APLIC.MINIMA ACOES SAUDE
3 - DESP. PRIM. DISC. (PAC)	A - INICIAL (LOA)	8 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.DAS DESPESAS COM M.D.E
6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	A - INICIAL (LOA)	6 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.A APLIC.MINIMA ACOES SAUDE
6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	A - INICIAL (LOA)	8 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.DAS DESPESAS COM M.D.E
6 - DESP. PRIM. DISC. (EMENDAS INDIVIDUAIS)	C - ESPECIAL	6 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.A APLIC.MINIMA ACOES SAUDE
7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	A - INICIAL (LOA)	6 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.A APLIC.MINIMA ACOES SAUDE
7 - DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA	A - INICIAL (LOA)	8 - REC.NAO DESTIN A CONTRAPARTIDA,PARA IDENTIF.DAS DESPESAS COM M.D.E
	Soma:	

Organizado por: Ordem alfabética

Relatório 1

Rastrear alterações: desativado

Página 1 de 1

100%

6 minutos atrás.

Considerações finais

O grande volume de despesas obrigatórias no orçamento da União faz com que o espaço para cortes no orçamento federal seja muito reduzido.

Mesmo sobre o volume restante de despesas de fato discricionárias, ou seja, aquelas para as quais não há um comando legal ou constitucional específico, há limitações importantes para um possível contingenciamento.

A necessidade de cumprimento dos mínimos constitucionais e a execução obrigatória das emendas parlamentares podem reduzir de forma significativa o volume passível de corte.

O conceito de base contingenciável faz com que a participação do Poder Executivo num esforço de contingenciamento seja maior que o dos outros Poderes.